

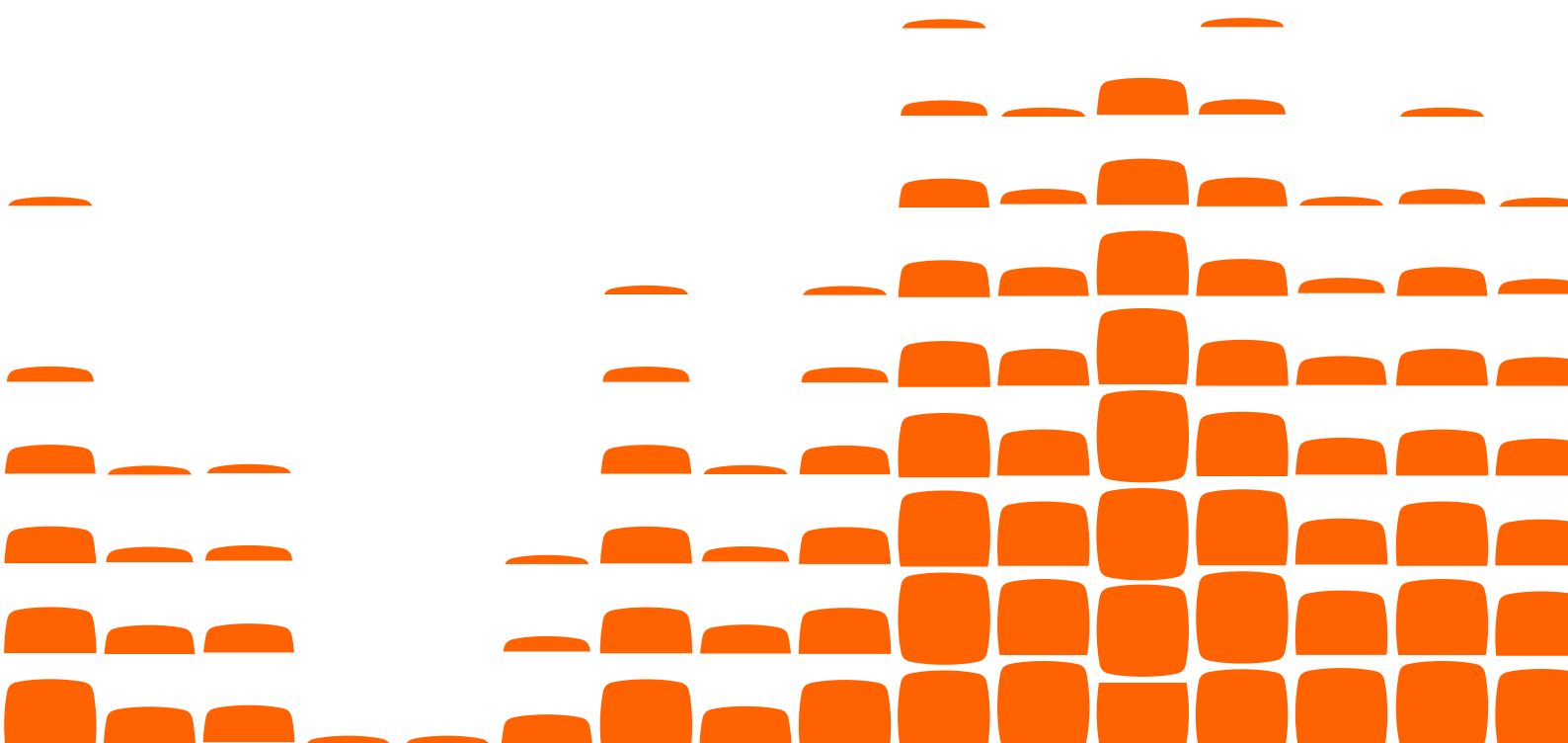


# 2T24

Itaú Unibanco Holding S.A.

## Gerenciamento de Riscos e Capital - Pilar 3

2º Trimestre de 2024



<b>Objetivo</b>	<b>1</b>
<b>Principais Indicadores</b>	<b>1</b>
<b>Indicadores prudenciais e gerenciamento de riscos</b>	<b>2</b>
<b>KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais</b>	<b>2</b>
<b>OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição</b>	<b>3</b>
Escopo e Principais Características do Gerenciamento de Riscos	3
Governança de Riscos e Capital	4
Cultura de Riscos	5
Apetite de Risco	5
Teste de Estresse	6
Plano de Recuperação	7
Avaliação da Adequação de Capital	8
Suficiência de Capital	8
<b>OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)</b>	<b>9</b>
<b>Comparação entre informações contábeis e prudenciais</b>	<b>10</b>
<b>LIA: Explicação das diferenças entre valores registrados nas demonstrações contábeis e valores das exposições sujeitas a tratamento prudencial</b>	<b>10</b>
<b>LI1: Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco</b>	<b>11</b>
<b>LI2: Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições</b>	<b>12</b>
<b>PV1: Ajustes prudenciais (PVA)</b>	<b>12</b>
<b>Instituições integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding</b>	<b>13</b>
<b>Instituições não consolidadas</b>	<b>17</b>
<b>Instituições relevantes</b>	<b>17</b>
<b>Composição de Capital</b>	<b>18</b>
<b>CCA: Principais características dos instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>18</b>
<b>CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>19</b>
<b>CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial</b>	<b>21</b>
<b>Indicadores Macropprudenciais</b>	<b>22</b>
<b>CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACPCContracíclico</b>	<b>22</b>
<b>GSIB1: Indicadores utilizados para caracterização de instituição financeira como sistemicamente importante em âmbito global (G-SIBs)</b>	<b>22</b>
<b>Razão de Alavancagem</b>	<b>23</b>
<b>LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA)</b>	<b>23</b>
<b>LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem</b>	<b>23</b>
<b>Indicadores de Liquidez</b>	<b>24</b>
<b>LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez</b>	<b>24</b>
Estrutura e Tratamento	24
<b>LIQ1: Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)</b>	<b>25</b>
<b>LIQ2: Indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR)</b>	<b>26</b>

<b>Risco de Crédito</b>	<b>27</b>
CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito	27
CR1: Qualidade creditícia das exposições	29
CR2: Mudanças no estoque de ativos problemáticos	29
CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições	30
Exposições por setor econômico	30
Exposições por prazo remanescente de vencimento	30
Exposições em atraso segmentadas por faixa de atraso	31
Exposições por região geográfica no Brasil e por país	31
Maiores exposições	31
Exposições reestruturadas	32
CRC: Informações sobre instrumentos mitigadores do risco de crédito	32
CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito	33
CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito	33
CR5: Abordagem padronizada - exposições por contraparte e fator de ponderação de risco (FPR)	35
CRE: IRB - Informações qualitativas sobre abordagens IRB	38
CR6: IRB - Exposições ao risco de crédito por carteira e intervalos de PD	40
CR7: IRB - Efeitos da utilização de derivativos de crédito como instrumentos mitigadores do risco de crédito	42
CR8: Informações sobre as variações no RWACIRB	42
<b>Risco de Crédito de Contraparte</b>	<b>43</b>
CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)	43
CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada	43
CCR3: Abordagem padronizada – segregação de exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco	43
CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte	44
CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito	44
CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais	45
<b>Exposições de Securitização</b>	<b>46</b>
SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização	46
SEC1: Exposições de securitização classificadas na carteira bancária	47
SEC2: Exposições de securitização classificadas na carteira de negociação	47
SEC3: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como originadora ou patrocinadora	47
SEC4: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como investidora	47

<b>Risco de Mercado</b>	<b>48</b>
<b>MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado</b>	<b>48</b>
<b>MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado</b>	<b>50</b>
<b>MRB: Informações qualitativas sobre o risco de mercado na abordagem de modelos internos</b>	<b>51</b>
<b>MR2: Informações sobre as variações do <math>RWA_{MINT}</math></b>	<b>53</b>
Exposições sujeitas a risco de mercado	53
<b>MR3: Valores dos modelos internos de risco de mercado</b>	<b>54</b>
<b>MR4: Comparação das estimativas do VaR com os resultados efetivo e hipotético</b>	<b>54</b>
Teste de Aderência	54
<b>Total da Exposição Associada a Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>55</b>
<b>IRRBB</b>	<b>56</b>
<b>IRRBA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB</b>	<b>56</b>
Estrutura e tratamento	56
<b>Outros Riscos</b>	<b>58</b>
<b>Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização</b>	<b>58</b>
<b>Risco Social, Ambiental e Climático</b>	<b>58</b>
<b>Risco de Modelo</b>	<b>59</b>
<b>Risco Regulatório ou de Conformidade</b>	<b>60</b>
<b>Risco Reputacional</b>	<b>60</b>
<b>Risco Cibernético</b>	<b>62</b>
<b>Risco País</b>	<b>62</b>
<b>Risco de Negócio e Estratégia</b>	<b>63</b>
<b>Risco de Contágio</b>	<b>63</b>
<b>Riscos Emergentes</b>	<b>63</b>
<b>Risco Operacional</b>	<b>64</b>
<b>Gestão de Crises e Resiliência Operacional</b>	<b>65</b>
<b>Validação Independente de Modelos de Riscos</b>	<b>65</b>
<b>Glossário de Siglas</b>	<b>67</b>
<b>Glossário de Regulamentos</b>	<b>70</b>

## Objetivo

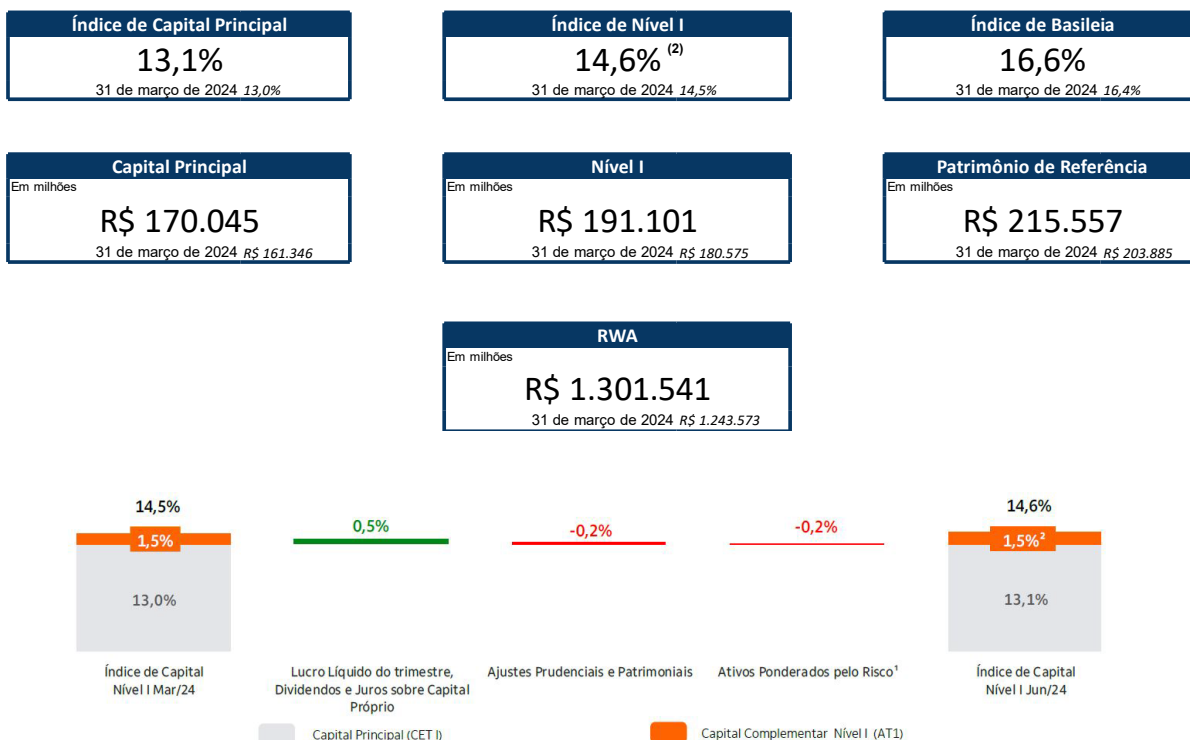
O presente documento apresenta as informações do Itaú Unibanco  *Holding S.A.* (Itaú Unibanco) requeridas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) por meio da Resolução BCB nº 54 e alterações posteriores, que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos e capital, à comparação entre informações contábeis e prudenciais, à indicadores de liquidez e risco de mercado, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, do inglês “*Risk Weighted Assets*”), à apuração do Patrimônio de Referência (PR) e à remuneração de administradores.<sup>1</sup>

A referida Resolução trouxe diversas alterações no formato de divulgação das informações de Pilar 3, além de mudanças no escopo e na periodicidade das informações divulgadas. Todas estas alterações, implementadas pelo Banco Central, visam a convergência da regulação financeira brasileira para as recomendações do Comitê de Basileia, buscando a harmonização das informações divulgadas pelas instituições financeiras em nível internacional, e levam em consideração as condições estruturais da economia brasileira.

A política de divulgação do Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital apresenta as diretrizes e responsabilidades das áreas envolvidas na elaboração do relatório, assim como a descrição das informações que devem ser divulgadas e a governança de confirmação de fidedignidade e aprovações, conforme estabelecido pelo art. 56 da Resolução nº 4.557.

## Principais Indicadores

O foco do gerenciamento de riscos e capital do Itaú Unibanco é manter a instituição dentro das diretrizes de risco do Conselho de Administração (CA). Abaixo estão os principais indicadores do relatório, apurados com base no Conglomerado Prudencial, na data-base de 30 de junho de 2024.



<sup>1</sup> As informações sobre remuneração de administradores são divulgadas anualmente.

## Indicadores prudenciais e gerenciamento de riscos

O Itaú Unibanco investe em processos robustos de gerenciamento de riscos e capital que permeiam toda a instituição e que são a base das decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade dos negócios.

A seguir são apresentadas as informações sobre os requerimentos prudenciais e sobre a gestão integrada de riscos da instituição.

### KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais

Visando garantir a solidez do Itaú Unibanco e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de Patrimônio de Referência (PR) foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelos índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia.

Em 30 de junho de 2024, o PR alcançou R\$ 215.557 milhões, sendo R\$ 191.101 milhões referentes a Nível I e 24.455 milhões referentes a Nível II.

Em R\$ milhões	30/06/2024	31/03/2024	31/12/2023	30/09/2023	30/06/2023
<b>Capital regulamentar</b>					
Capital Principal	170.045	161.346	166.389	159.227	155.372
Nível I	191.101	180.575	185.141	177.795	173.670
Patrimônio de Referência (PR)	215.557	203.885	206.862	197.653	192.828
Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	-	-	-	-	-
Destaque do PR	-	-	-	-	-
<b>Ativos ponderados pelo risco (RWA)</b>					
RWA total	1.301.541	1.243.573	1.215.019	1.214.849	1.274.840
<b>Capital regulamentar como proporção do RWA</b>					
Índice de Capital Principal (ICP)	13,1%	13,0%	13,7%	13,1%	12,2%
Índice de Nível 1 (%) <sup>(3)</sup>	14,7%	14,5%	15,2%	14,6%	13,6%
Índice de Basileia	16,6%	16,4%	17,0%	16,3%	15,1%
<b>Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA</b>					
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação (%)	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico (%) <sup>(1)</sup>	0,1%	-	-	-	-
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico (%)	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%
ACP total (%) <sup>(2)</sup>	3,6%	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%
Margem excedente de Capital Principal (%)	5,0%	4,9%	5,5%	4,7%	3,6%
<b>Razão de Alavancagem (RA)</b>					
Exposição total	2.688.589	2.554.246	2.488.099	2.467.645	2.382.727
RA (%)	7,1%	7,1%	7,4%	7,2%	7,3%
<b>Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)</b>					
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	374.291	380.912	371.763	368.698	355.222
Total de saídas líquidas de caixa	186.137	196.260	193.779	196.347	197.692
LCR (%)	201,1%	194,1%	191,8%	187,8%	179,7%
<b>Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)</b>					
Recursos estáveis disponíveis (ASF)	1.292.628	1.244.220	1.246.214	1.223.999	1.216.666
Recursos estáveis requeridos (RSF)	1.057.107	988.534	982.376	961.883	951.168
NSFR (%)	122,3%	125,9%	126,9%	127,3%	127,9%

1) ACPContracíclico é fixado pelas autoridades monetárias das jurisdições que o Banco Itaú possui exposição sendo as mais relevantes o Brasil, em que o Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) define em zero (Comunicado BACEN nº 41.267/24), e o Chile, que está definido em 0,05%.

2) As normas do BACEN estabelecem um Adicional de Capital Principal (ACP), correspondente à soma das parcelas ACPConservação, ACPContracíclico e ACPSistêmico, conforme definido na Resolução CMN 4.958.

3) O Nível I segue as instruções do Bacen e não está limitado ao percentual de 1,5% da Resolução CMN nº 4.958. Caso fosse limitado, o N1 seria de 14,6%.

O Índice de Basileia atingiu 16,6% em 30 de junho de 2024, aumento de 0,2 p.p. em relação a 30 de março de 2024, devido principalmente ao lucro no período, atenuado pelo crescimento do RWA de crédito.

O índice de 30 de junho de 2024, está 5,0 p.p. acima do mínimo regulatório com os adicionais de capital principal.

Além disso, o Itaú Unibanco possui folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido no montante de R\$ 111.434 milhões, equivalente a 8,6 p.p. acima do mínimo regulatório (8%) e superior à exigência de ACP de 3,6% (R\$ 46.294 milhões). Considerando o ACP, a folga seria de 5,0 p.p.

O índice de Imobilização indica o percentual de comprometimento do PR ajustado com o ativo permanente ajustado. O Itaú Unibanco está enquadrado no limite máximo de 50% do PR ajustado, fixado pelo BACEN. Em 30 de junho de 2024, o índice de imobilização atingiu 20,9%, apresentando uma folga de R\$ 62.803 milhões.

## **OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição**

### **Escopo e Principais Características do Gerenciamento de Riscos**

Assumir e gerenciar riscos é uma das atividades do Itaú Unibanco e, para isso, a instituição deve ter bem estabelecidos os objetivos para a gestão de riscos. Nesse contexto, o apetite de riscos define a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a instituição e a cultura de riscos orienta as atitudes necessárias para gerenciá-los. O Itaú Unibanco investe em processos robustos de gerenciamento de riscos que são a base das decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade dos negócios e para maximizar a criação de valor para o acionista.

Estes processos estão alinhados às diretrizes do CA e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração do Itaú Unibanco por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

Os princípios que fornecem os fundamentos do gerenciamento de riscos, do apetite de riscos e as diretrizes para a forma de atuação dos colaboradores do Itaú Unibanco no dia a dia para a tomada de decisão são:

- **Sustentabilidade e satisfação dos clientes:** a visão do Itaú Unibanco é ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes, por isso, preocupa-se em gerar valor compartilhado para colaboradores, clientes, acionistas e sociedade, garantindo a perenidade do negócio. O Itaú Unibanco preocupa-se em fazer negócios que sejam bons para o cliente e para a instituição;
- **Cultura de Risco:** a cultura de risco da instituição vai além de políticas, procedimentos e processos, fortalecendo a responsabilidade individual e coletiva de todos os colaboradores para gerenciar e mitigar os riscos de maneira consciente, respeitando de maneira ética a forma de fazer negócios. A Cultura de Risco está descrita no item “Cultura de Risco”;
- **Apreçamento do risco:** o Itaú Unibanco atua e assume riscos em negócios que conhece e entende, e evita os que não conhece ou para os quais não possui vantagem competitiva, avaliando cuidadosamente a relação de risco e retorno;
- **Diversificação:** a instituição tem baixo apetite por volatilidade nos resultados e por isso atua em uma base diversificada de clientes, produtos e negócios, buscando a diversificação dos riscos, além de priorizar negócios de menor risco;
- **Excelência operacional:** o Itaú Unibanco quer ser um banco ágil, com infraestrutura robusta e estável, de forma a oferecer um serviço de alta qualidade;

- Ética e respeito à regulação: para o Itaú Unibanco ética é inegociável, por isso, a instituição promove um ambiente institucional íntegro, orientando os colaboradores a cultivar a ética nos relacionamentos e nos negócios, e o respeito às normas, zelando pela reputação da instituição.

Desde agosto de 2017, entrou em vigor a Resolução CMN 4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital. Destacam-se na resolução a implementação de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, os requerimentos para definição da Declaração de Apetite por Riscos (RAS, do inglês “*Risk Appetite Statement*”) e do programa de teste de estresse, a constituição de Comitê de Riscos e a indicação, perante o BACEN, do diretor para gerenciamento de riscos (CRO), com atribuição de papéis, responsabilidades e requisitos de independência.

### **Governança de Riscos e Capital**

O CA é o órgão principal responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para a gestão de riscos e capital. Por sua vez, o Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC) é responsável por apoiar o CA no desempenho de suas atribuições relacionadas à gestão de riscos e de capital. Já no nível executivo, são estabelecidos órgãos colegiados, presididos pelo *Chief Executive Officer* (CEO) do Itaú Unibanco, que são responsáveis pela gestão de riscos e capital e cujas decisões são acompanhadas no âmbito do CGRC.

Adicionalmente, o Itaú Unibanco possui órgãos colegiados, que exercem responsabilidades delegadas na gestão de riscos e capital, sob responsabilidade do CRO (*Chief Risk Officer*).

Para dar suporte a essa estrutura, a Área de Riscos possui diretorias especializadas que têm o objetivo de assegurar, de forma independente e centralizada, que os riscos e o capital da instituição sejam administrados de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos do Itaú Unibanco está em conformidade com as regulamentações vigentes no Brasil e no exterior e em linha com as melhores práticas de mercado, incluindo governança de identificação de riscos emergentes, que são aqueles com impacto a médio e longo prazo potencialmente material sobre os negócios.

As responsabilidades sobre o gerenciamento de risco no Itaú Unibanco estão estruturadas de acordo com o conceito de três linhas de defesa, a saber:

- na primeira linha de defesa, as áreas de negócio e áreas corporativas de suporte realizam a gestão dos riscos por elas originados através da identificação, avaliação, controle e reporte dos mesmos;
- na segunda linha de defesa, uma unidade independente realiza o controle dos riscos de forma centralizada visando a assegurar que os riscos do Itaú Unibanco sejam administrados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos. Assim, o controle centralizado provê ao CA e aos executivos uma visão global das exposições do Itaú Unibanco de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas;
- na terceira linha de defesa, a auditoria interna promove a avaliação independente das atividades desenvolvidas na instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares.

O Itaú Unibanco utiliza sistemas automatizados e robustos para completo atendimento aos regulamentos de capital, bem como para mensuração de riscos, seguindo as determinações e modelos regulatórios vigentes. Também coordena as ações para verificação da aderência aos requisitos qualitativos e quantitativos estabelecidos pelos reguladores para observação do capital mínimo exigido e monitoramento dos riscos.



## Cultura de Riscos

Visando fortalecer os valores e alinhar o comportamento dos colaboradores do Itaú Unibanco com as diretrizes estabelecidas para gestão de risco, a instituição adota diversas iniciativas para disseminar e fortalecer uma cultura que valorize e incentive a tomada consciente de riscos, a discussão e a ação sobre os riscos da instituição e a responsabilidade de todos pela gestão de risco.

Além das políticas, procedimentos e processos de gestão de risco, a instituição tem como elemento central de sua Cultura Corporativa a mensagem “Ética é Inegociável”. Direcionadores de comportamento, também dispostos nessa cultura, reforçam e fortalecem o comportamento na gestão de riscos no Conglomerado, enfatizando o comportamento que irá ajudar as pessoas em qualquer nível da instituição a assumir e gerenciar os riscos conscientemente. Com esses princípios disseminados, há um incentivo para que o risco seja entendido e discutido abertamente, mantendo-se dentro dos níveis determinados pelo apetite de risco, e para que cada colaborador, independentemente de sua posição, área ou função, também assuma a responsabilidade pela gestão dos riscos do seu negócio.

O Itaú Unibanco também disponibiliza canais para comunicar falhas operacionais, fraude interna ou externa, conflitos no ambiente de trabalho ou casos que possam prejudicar os clientes ou ocasionar transtornos e/ou prejuízo para a instituição. Todos os colaboradores e terceiros têm a responsabilidade de comunicar os problemas imediatamente, assim que tomarem conhecimento da situação.

## Apetite de Risco

O Itaú Unibanco possui uma política de apetite de risco, estabelecida e aprovada pelo CA, que direciona a sua estratégia de negócios. O apetite de risco da instituição é fundamentado na seguinte declaração do CA:

*“Somos um banco universal, operando predominantemente na América Latina. Apoiados em nossa cultura de riscos, atuamos com rigoroso padrão ético e de cumprimento regulatório, buscando resultados elevados e crescentes, com baixa volatilidade, mediante o relacionamento duradouro com o cliente, apreçamento correto dos riscos, captação pulverizada de recursos e adequada utilização do capital.”*

A partir da declaração, foram definidas seis dimensões, cada uma delas composta por um conjunto de métricas associadas aos principais riscos envolvidos, combinando formas complementares de mensuração, buscando uma visão abrangente das nossas exposições:

- Dimensão de capitalização: estabelece que o Itaú Unibanco deve ter capital suficiente para se proteger de uma grave recessão ou de um evento de estresse sem necessidade de adequação da estrutura de capital em circunstâncias desfavoráveis. É monitorada através do acompanhamento dos índices de capital do Itaú Unibanco, em situação normal e em estresse e dos ratings de emissão de dívidas da instituição;
- Dimensão de liquidez: estabelece que a liquidez da instituição deverá suportar longos períodos de estresse. É monitorada através do acompanhamento dos indicadores de liquidez;
- Dimensão de composição dos resultados: define que os negócios serão focados principalmente na América Latina, onde o Itaú Unibanco terá uma gama diversificada de clientes e produtos, com baixo apetite por volatilidade de resultados e por risco elevado. Esta dimensão compreende aspectos de negócios e rentabilidade, risco de mercado e IRRBB, subscrição e risco de crédito, incluindo dimensões sociais, ambientais e climáticas. As métricas monitoradas buscam garantir, por meio de limites de concentração de exposição como, por exemplo, setores de indústria, qualidade das contrapartes, países e regiões geográficas e fatores de riscos, adequada composição das nossas carteiras, visando à baixa volatilidade dos resultados e à sustentabilidade dos negócios;

- Dimensão de risco operacional: foca no controle dos eventos de risco operacional que possam impactar negativamente a estratégia de negócio e operação, realizado através do monitoramento dos principais eventos de risco operacional e das perdas incorridas;
- Dimensão de reputação: aborda riscos que possam impactar o valor da marca e da reputação da instituição junto a clientes, funcionários, reguladores, investidores e público geral. O monitoramento dos riscos nesta dimensão é feito através da observância da conduta da instituição.
- Dimensão de clientes: aborda riscos que possam comprometer a satisfação e experiência do cliente, sendo monitorada por meio do acompanhamento da satisfação dos clientes, impactos diretos em clientes e indicadores de *suitability*.

O CA é o responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC) e do *Chief Risk Officer* (CRO).

As métricas são monitoradas frequentemente e devem respeitar os limites definidos. O monitoramento é reportado às comissões de riscos e ao CA e orienta a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam dentro dos limites estabelecidos e alinhados à nossa estratégia.

### **Teste de Estresse**

O teste de estresse é um processo de simulação de condições econômicas e de mercado extremas nos resultados, liquidez e capital do Itaú Unibanco. A instituição realiza este teste com o objetivo de avaliar a sua solvência em cenários plausíveis de crise, bem como de identificar áreas mais suscetíveis ao impacto do estresse que possam ser objeto de mitigação de risco.

A estimação das variáveis macroeconômicas para cada cenário de estresse é realizada pela área de pesquisa econômica. A elaboração dos cenários de estresse considera a análise qualitativa da conjuntura brasileira e mundial, elementos históricos e hipotéticos, riscos de curto e de longo prazo entre outros aspectos, conforme definido na Resolução CMN 4.557.

Neste processo, são avaliados os principais riscos potenciais para a economia com base no julgamento da equipe de economistas do banco, referendados pelo Economista Chefe do Itaú Unibanco e com aprovação em Conselho de Administração. As projeções das variáveis macroeconômicas (como por exemplo, PIB, taxa básica de juros, taxas de câmbio e inflação) e do mercado de crédito (como captações, concessões, taxas de inadimplência, spread e tarifas) são geradas a partir de choques exógenos ou através de modelos validados por uma área independente.

Em seguida, os cenários de estresse adotados são utilizados para sensibilizar o resultado e o balanço orçados. Além da metodologia de análise de cenários, também são empregadas análises de sensibilidade e Teste de Estresse Reverso.

O Itaú Unibanco utiliza as simulações para a gestão de riscos de seu portfólio, considerando Brasil (segregado em atacado e varejo) e Unidades Externas, dos quais decorrem os ativos ponderados ao risco e os índices de capital e de liquidez em cada cenário.

O teste de estresse é parte integrante do ICAAP, com o principal objetivo de avaliar se, mesmo em situações severamente adversas, a instituição teria níveis adequados de capital e liquidez, não impactando a sustentabilidade de suas atividades.

As informações geradas permitem a identificação de potenciais ofensores aos negócios, subsidiando decisões estratégicas do Conselho de Administração, os processos orçamentários e de gerenciamento de riscos, além de servirem de insumos para métricas de apetite de risco da instituição.

### **Plano de Recuperação**

Em resposta às últimas crises internacionais, o Banco Central publicou a Resolução nº 4.502, que requer o desenvolvimento de um Plano de Recuperação pelas instituições financeiras enquadradas no Segmento 1, cuja exposição total em relação ao PIB seja superior a 10%. Este plano tem como objetivo restabelecer níveis adequados de capital e liquidez, acima dos limites operacionais regulatórios, diante de choques severos de estresse de natureza sistêmica ou idiossincrática. Desta maneira, cada instituição conseguiria preservar sua viabilidade financeira, ao mesmo tempo em que mitiga o impacto no Sistema Financeiro Nacional.

O Itaú Unibanco possui um Plano de Recuperação que contempla todo o Conglomerado, incluindo as subsidiárias no exterior, e contém a descrição dos itens abaixo:

I – Funções críticas prestadas pelo Itaú Unibanco ao mercado, atividades que, se interrompidas bruscamente, poderiam impactar o Sistema Financeiro Nacional (SFN) e o funcionamento da economia real;

II – Serviços essenciais da instituição: atividades, operações ou serviços cuja descontinuidade poderia comprometer a viabilidade do banco;

III – Programa de monitoramento mensal, estabelecendo níveis críticos para um conjunto de indicadores, com vistas ao acompanhamento dos riscos e eventual gatilho para execução do Plano de Recuperação;

IV – Cenários de estresse, contemplando eventos que possam ameaçar a continuidade dos negócios e a viabilidade da instituição, incluindo testes reversos, que procuram identificar cenários remotos de risco, contribuindo para aumento da sensibilidade na gestão;

V – Estratégias de recuperação em resposta a diferentes cenários de estresse, incluindo os principais riscos e barreiras, além dos mitigadores destes últimos e os procedimentos para a operacionalização de cada estratégia;

VI – Plano de comunicação com partes interessadas, buscando tempestividade na execução do Plano, com o mercado, reguladores e demais públicos de interesse;

VII – Mecanismos de governança necessários à coordenação e execução do Plano de Recuperação, como por exemplo, a definição do diretor responsável pelo exercício no Itaú Unibanco.

Este plano é revisado anualmente e é submetido à aprovação do Conselho de Administração.

Com essa prática, o Itaú Unibanco consegue demonstrar continuamente que, mesmo em cenários severos, com probabilidade de ocorrência remota, possui estratégias capazes de gerar recursos suficientes para assegurar a manutenção sustentável de atividades críticas e serviços essenciais, sem prejuízos aos clientes, ao sistema financeiro e aos demais participantes dos mercados em que atua.

O Itaú Unibanco assegura a manutenção do exercício de forma a garantir que as estratégias permaneçam atualizadas e viáveis frente às mudanças organizacionais, concorrenciais ou sistêmicas.

### **Avaliação da Adequação de Capital**

Para avaliar sua suficiência de capital, anualmente, o Itaú Unibanco adota o fluxo apresentado a seguir:

- identificação dos riscos materiais e avaliação da necessidade de capital adicional;
- elaboração do plano de capital, tanto em situações de normalidade quanto de estresse;
- avaliação interna da adequação de capital;
- estruturação dos planos de contingência de capital e de recuperação;
- elaboração de relatórios gerenciais e regulatórios.

Adotando uma postura prospectiva no gerenciamento do seu capital, o Itaú Unibanco implantou sua estrutura de gerenciamento de capital e seu ICAAP, atendendo, dessa forma, à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 4.557, à Circular BACEN 3.846 e à Carta-Circular BACEN 3.907.

O resultado do último ICAAP, que engloba os testes de estresse – realizado para data-base dezembro de 2023 – apontou que o Itaú Unibanco dispõe, além de capital para fazer face a todos os riscos materiais, de significativa folga de capital, garantindo assim a solidez patrimonial da instituição.

### **Suficiência de Capital**

O Itaú Unibanco, por meio do processo de ICAAP, avalia a suficiência de capital para fazer frente aos seus riscos, representados pelo capital regulatório de risco de crédito, mercado e operacional e pelo capital necessário para cobertura dos demais riscos. Visando a garantir a solidez do Itaú Unibanco e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de Patrimônio de Referência foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos.

**OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)**

De acordo com a Resolução CMN 4.958 e alterações posteriores, para fins do cálculo dos requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante de RWA, obtido pela soma das seguintes parcelas:

- $RWA_{CPAD}$  = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo abordagem padronizada.
- $RWA_{CIRB}$  = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo sistemas internos de classificação de risco de crédito (abordagens IRB - *Internal Ratings-Based*), autorizados pelo Banco Central do Brasil.
- $RWA_{MPAD}$  = parcela relativa ao capital requerido para risco de mercado, calculada segundo abordagem padronizada.
- $RWA_{MINT}$  = parcela relativa ao capital requerido para risco de mercado, calculada segundo abordagens do modelo interno, autorizadas pelo Banco Central do Brasil.
- $RWA_{OPAD}$  = parcela relativa ao capital requerido para o risco operacional, calculada segundo abordagem padronizada.

Em R\$ milhões	RWA		Requerimento mínimo de PR
	30/06/2024	31/03/2024	30/06/2024
<b>Risco de crédito em sentido estrito</b>	1.050.890	999.269	84.071
Do qual: apurado por meio da abordagem padronizada	988.939	942.950	79.115
Do qual: apurado por meio da abordagem IRB básica	-	-	-
Do qual: apurado por meio da abordagem IRB avançada	61.951	56.319	4.956
Risco de crédito de contraparte (CCR)	34.629	31.917	2.770
Do qual: apurado mediante uso da abordagem SA-CCR	25.577	23.720	2.046
Do qual: apurado mediante uso da abordagem CEM	-	-	-
Do qual: outros	9.052	8.197	724
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	7.068	6.153	565
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	-	-	-
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	1.448	2.255	116
Exposições de securitização contabilizadas na carteira bancária	7.568	4.774	605
<b>Risco de mercado</b>	<b>39.825</b>	<b>45.225</b>	<b>3.186</b>
Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada ( $RWA_{MPAD}$ )	49.413	54.761	3.953
Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno ( $RWA_{MINT}$ )	18.833	19.557	1.506
<b>Risco operacional</b>	<b>107.623</b>	<b>107.623</b>	<b>8.610</b>
Risco de Pagamentos ( $RWA_{SP}$ )	NA	NA	NA
Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	52.490	46.357	4.199
<b>Total</b>	<b>1.301.541</b>	<b>1.243.573</b>	<b>104.122</b>

Aumento de R\$ 57.968 milhões devido principalmente ao crescimento dos ativos ponderados pelo risco de crédito.

## **Comparação entre informações contábeis e prudenciais**

### **LIA: Explicação das diferenças entre valores registrados nas demonstrações contábeis e valores das exposições sujeitas a tratamento prudencial**

A principal diferença entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial é a não consolidação de empresas não financeiras (destacando-se empresas de Seguros, Previdência e Capitalização) no Consolidado Prudencial, diferença que também gera impacto nas eliminações das transações com Partes Relacionadas.

Dentro do escopo de tratamento prudencial, os procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes prudenciais decorrentes do apreçamento de instrumentos financeiros, assim como a descrição dos sistemas e controles utilizados para assegurar a confiabilidade deste apreçamento são descritos a seguir.

A metodologia de apreçamento dos instrumentos financeiros sujeitos na Resolução nº 4.277, de 31 de outubro de 2013, conduzida por área independente às áreas de negócios, considera além dos benchmarks de mercado, os riscos elencados de custo de liquidação das posições, concentração de mercado, pagamento antecipado, risco de modelo, custo efetivo de aplicação de recursos, spread de crédito e demais.

A mensuração do valor justo no Banco Itaú Unibanco segue os princípios contidos nos principais órgãos normatizadores, tais como CVM e BACEN. A instituição tem as melhores práticas em termos de políticas, procedimentos e metodologias de apreçamento e está comprometida em garantir o apreçamento de instrumentos financeiros em seu balanço com os preços referenciados e divulgados pelo mercado, e na impossibilidade disso, despender seus melhores esforços para estimar o que seria o preço justo pelo qual os ativos financeiros seriam efetivamente transacionados, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e, em condições específicas, estes instrumentos podem ser avaliados a modelo. Em todas as situações acima a organização tem um controle dos seus métodos de apreçamento e gestão de risco de modelo.

O processo de verificação independente de preços (IPV) segue as diretrizes contidas na Resolução nº 4.277, com verificação diária dos preços e insumos de mercado executada por equipe independente da equipe de apreçamento. Esse processo também está sujeito as práticas de avaliação independente por parte das equipes de controles internos, auditoria interna e auditoria externa.

A instituição tem um modelo híbrido de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais com duas componentes. A primeira componente é um modelo de avaliação tempestiva avaliando novos produtos, operações e fatores de risco negociados e que verifica o enquadramento e exigibilidade com quaisquer componentes dos ajustes prudenciais existentes. A segunda é uma avaliação periódica que tem como objetivo analisar os ajustes prudenciais existentes em relação a adequada precificação. O processo e a metodologia são avaliados periodicamente e independentemente por controles internos e auditoria interna.

Na linha de outras diferenças da tabela LI2 são reportadas as operações sujeitas a risco de crédito e risco de crédito de contraparte que não são contabilizadas no balanço patrimonial nem em suas contas de compensação.

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

**LI1: Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco**

Em R\$ milhões, ao final do período

30/06/2024

	Valores considerados na regulamentação prudencial por categoria						
	Valores reportados nas demonstrações financeiras	Valores considerados na regulamentação prudencial	Sujeitos ao risco de crédito	Sujeitos ao risco de crédito de contraparte	Sujeitos ao arcabouço de securitização	Sujeitos ao risco de mercado	Itens desconsiderados na apuração dos requerimentos mínimos de PR ou deduzidos na apuração do PR
<b>Ativo</b>							
Circulante e Realizável a Longo Prazo	2.897.179	2.573.688	2.002.444	492.448	22.527	438.059	56.269
Disponibilidades	33.862	33.794	33.794	-	-	3.660	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	303.836	299.943	58.827	241.116	-	13.885	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros	1.092.080	794.809	700.674	69.550	22.527	151.985	2.058
Derivativos							
Relações Interfinanceiras	238.149	238.149	223.674	-	-	-	14.475
Relações Interdependências	580	580	580	-	-	-	-
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	893.501	883.051	851.526	-	-	127.093	31.525
Outros Créditos	327.744	316.359	126.366	181.782	-	141.436	8.211
Ativos Fiscais Diferidos	68.866	66.080	57.934	-	-	-	8.146
Diversos	258.878	250.279	68.432	181.782	-	141.436	65
Outros Valores e Bens	7.427	7.003	7.003	-	-	-	-
Permanente	34.816	63.195	45.330	-	-	-	17.865
Investimentos	8.205	36.899	36.357	-	-	-	542
Imobilizado de Uso	9.106	8.620	8.620	-	-	-	-
Imobilizado de Arrendamento	-	299	299	-	-	-	-
Ágio e Intangível	17.505	17.377	54	-	-	-	17.323
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.931.995</b>	<b>2.636.883</b>	<b>2.047.774</b>	<b>492.448</b>	<b>22.527</b>	<b>438.059</b>	<b>74.134</b>
<b>Passivo</b>							
Circulante e Exigível a Longo Prazo	2.740.007	2.443.589	-	417.648	-	308.818	2.025.941
Depósitos	1.017.165	1.032.009	-	-	-	77.642	1.032.009
Captações no Mercado Aberto	430.739	430.832	-	381.627	-	12	49.205
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	306.023	306.023	-	-	-	49.803	306.023
Relações Interfinanceiras	91.346	91.346	-	-	-	-	91.346
Relações Interdependências	12.247	12.252	-	-	-	116	12.252
Obrigações por Empréstimos e Repasses	116.745	116.745	-	-	-	1.616	116.745
Instrumentos Financeiros Derivativos	68.355	68.252	-	36.021	-	2.220	32.231
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	292.095	-	-	-	-	-	-
Provisões	15.997	15.781	-	-	-	-	15.781
Provisões para Garantias Financeiras Prestadas e Compromissos de Empréstimos	3.011	3.011	-	-	-	-	3.011
Outras Obrigações	386.284	367.338	-	-	-	177.409	367.338
Obrigações Fiscais Diferidas	7.569	7.131	-	-	-	-	7.131
Diversas	378.715	360.207	-	-	-	177.409	360.207
<b>Total do Passivo</b>	<b>2.740.007</b>	<b>2.443.589</b>	<b>-</b>	<b>417.648</b>	<b>-</b>	<b>308.818</b>	<b>2.025.941</b>

**LI2: Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições**

	30/06/2024				
	Valores				
Em R\$ milhões	Total	Sujeitos ao risco de crédito	Sujeitos ao risco de crédito de contraparte	Sujeitos ao arcabouço de securitização	Sujeitos ao risco de mercado
Total de ativos considerados na regulamentação prudencial	2.562.749	2.047.774	492.448	22.527	438.059
Total de passivos considerados na regulamentação prudencial	417.648	-	417.648	-	308.818
Valor líquido considerado na regulamentação prudencial	2.145.101	2.047.774	74.800	22.527	129.241
Exposições não contabilizadas no balanço patrimonial	235.163	159.245	75.918	-	-
Diferenças no apreamento de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-
Outras diferenças	176.752	(15.328)	192.080	-	-
<b>Exposições consideradas para fins prudenciais</b>	<b>2.557.016</b>	<b>2.191.691</b>	<b>342.798</b>	<b>22.527</b>	<b>129.241</b>

**PV1: Ajustes prudenciais (PVA)**

	30/06/2024						Do qual: na carteira de negociação	Do qual: na carteira bancária
	Ações	Taxa de juros	Câmbio	Crédito	Mercadorias	Total		
Incerteza sobre o custo de liquidação das posições, dos quais:	-	-	-	29	-	29	-	29
Custo de liquidação das posições	-	-	-	28	-	28	-	28
Concentração de mercado	-	-	-	1	-	1	-	1
Risco de pagamento antecipado	-	70	-	70	-	140	1	139
Risco de modelo	27	10	-	45	-	82	28	54
Risco operacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos efetivos de aplicação e captação de recursos	-	-	-	-	-	-	-	-
Spread de risco de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos administrativos futuros	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>80</b>	<b>-</b>	<b>144</b>	<b>-</b>	<b>251</b>	<b>29</b>	<b>222</b>



**Instituições integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding**

Abaixo, são apresentadas as listas das instituições controladas consolidadas no Balanço Societário e Prudencial.

<b>Instituições controladas consolidadas no Balanço Societário e Prudencial <sup>(2)</sup></b>	<b>País de Origem <sup>(1)</sup></b>	<b>% Participação Total</b>
A1 Hedge Orange Master Fundo de Investimento Multimercado	Brasil	100,00%
Aj Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	Brasil	100,00%
Banco Investcred Unibanco S.A.	Brasil	50,00%
Banco Itaú (Suisse) S.A.	Suíça	100,00%
Banco Itaú Chile	Chile	67,42%
Banco Itaú Consignado S.A.	Brasil	100,00%
Banco Itaú International	Estados Unidos	100,00%
Banco Itaú Paraguay S.A.	Paraguai	100,00%
Banco Itaú Uruguay S.A.	Uruguai	100,00%
Banco Itaú Veículos S.A.	Brasil	100,00%
Banco ItauBank S.A.	Brasil	100,00%
Banco Itaucard S.A.	Brasil	100,00%
Cloudwalk Kick Ass I Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios	Brasil	94,84%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Brasil	100,00%
FIDC B2cycle NPL	Brasil	100,00%
FIDC Cloudw Akira I	Brasil	96,98%
FIDC Orange NP	Brasil	100,00%
FIDC Sumup Solo	Brasil	93,20%
FIDC Tangerina	Brasil	100,00%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	50,00%
Fundo A1 Hedge Orange Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	Brasil	100,00%
Fundo De Invest Dir Creditórios Não Padron NPL II	Brasil	100,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IA	Brasil	100,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Soul	Brasil	89,58%
Fundo Fortaleza de Investimento Imobiliário	Brasil	100,00%
Fundo Kinea Ações	Brasil	99,80%
Fundo Kinea Ventures	Brasil	100,00%
Hipercard Banco Múltiplo S.A.	Brasil	100,00%
Ideal Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Brasil	50,10%
Ideal Holding Financeira S.A.	Brasil	50,10%
Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Brasil	100,00%
Iresolve Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	Brasil	100,00%
Itaú (Panamá) S.A.	Panamá	67,05%
Itaú Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	100,00%
Itaú Administradora de Fondos de Inversión S.A	Uruguai	100,00%
Itaú Bank & Trust Bahamas Ltd.	Bahamas	100,00%
Itaú Bank & Trust Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	100,00%
Itaú Bank, Ltd.	Ilhas Cayman	100,00%
Itaú BBA Europe S.A.	Portugal	100,00%
Itaú BBA International Plc.	Reino Unido	100,00%
Itaú BBA Trading S.A.	Brasil	100,00%
Itaú BBA Trading S.A. - Sucursal Uruguay	Uruguai	100,00%
Itaú BBA USA Securities Inc.	Estados Unidos	100,00%
Itaú Chile New York Branch.	Estados Unidos	67,42%

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem.

2) O Banco Itaú BBA S.A. compôs o Itaú Unibanco Holding Consolidado até 31/05/2024.

### Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Instituições controladas consolidadas no Balanço Societário e Prudencial	País de Origem <sup>(1)</sup>	% Participação Total
Itaú Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	Brasil	100,00%
Itaú Colombia S.A	Colômbia	67,05%
Itaú Comisionista de Bolsa Colombia S.A.	Colômbia	67,06%
Itaú Corredores de Bolsa Limitada	Chile	67,42%
Itaú Corretora de Valores S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Brasil	100,00%
Itaú EU Lux-Itaú Latin America Equity Fund	Luxemburgo	95,83%
Itaú Fiduciaria Colombia S.A. Sociedad Fiduciaria	Colômbia	67,04%
Itaú International Securities Inc.	Estados Unidos	100,00%
Itaú Invest Casa de Bolsa S.A.	Paraguai	100,00%
Itaú Kinea Private Equity Multimercado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Crédito Privado	Brasil	100,00%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Unibanco Holding S.A., Grand Cayman Branch	Ihas Cayman	100,00%
Itaú Unibanco S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Unibanco S.A., Miami Branch	Estados Unidos	100,00%
Itaú Unibanco S.A., Nassau Branch	Bahamas	100,00%
Itaú Unibanco Veículos Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	100,00%
ITB Holding Ltd.	Ilhas Cayman	100,00%
Kinea Ações Fundo de Investimento em Ações	Brasil	100,00%
Kinea CO-investimento Fundo de Investimento Imobiliário	Brasil	99,97%
Kinea Equity Infra I Warehouse Feeder MM Ficfi CP	Brasil	100,00%
Kinea I Private Equity FIP Multiestrategia	Brasil	99,64%
Kinea Juros e Moeda CDI Institucional Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimentos Multimercado	Brasil	100,00%
Kinea Juros e Moeda Ipcá Institucional Fundo de Investimento Em Cotas de Fundo de Investimentos Multimercado	Brasil	100,00%
KINEA JUROS E MOEDAS CDI INSTIT FIF MM RESP LTDA	Brasil	100,00%
Kinea Juros e Moedas CDI Institucional FIF CIC Mult Resp Limitada	Brasil	100,00%
Kinea KP Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	Brasil	100,00%
Kinea Nepal FIF - Classe de Investimento Em Cotas Multimercado Crédito Privado Responsabilidade Limitada	Brasil	100,00%
Kinea Nepal FIF Multimercado Crédito Privado - Responsabilidade Limitada	Brasil	54,00%
Kinea Sigma FIF Mult - Res Ltda	Brasil	57,54%
Licania Fund Limited	Ilhas Cayman	100,00%
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	50,00%
Microinvest S.A. Soc. de Crédito a Microempreendedor	Brasil	100,00%
OCA Dinero Electrónico S.A.	Uruguai	100,00%
OCA S.A.	Uruguai	100,00%
Oiti Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	Brasil	100,00%
Pont Sociedad Anónima	Paraguai	100,00%
Redecard Instituição de Pagamento S.A.	Brasil	100,00%
Redecard Sociedade de Crédito Direto S.A	Brasil	100,00%
Resonet S.A.	Uruguai	56,00%
RT Itaú DJ Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	Brasil	100,00%
RT Scala Renda Fixa - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento	Brasil	100,00%
Tarumã Fundo Incentivado de Investimento em Debêntures de Infraestrutura Renda Fixa Crédito Privado	Brasil	100,00%

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem.

## Instituições Integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding

Abaixo, são apresentadas as listas das instituições controladas consolidadas apenas no Balanço Societário.

Instituições controladas consolidadas apenas no Balanço Societário <sup>(2)</sup>	País de Origem <sup>(1)</sup>	% Participação Total
Administradora de Fondos de Ahorro Previsional Itaú S.A.	Uruguai	100,00%
Albarus S.A.	Paraguai	100,00%
Ank Platform S.A.	Argentina	100,00%
Beta Correspondente e Tecnologia LTDA	Brasil	100,00%
Borsen Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
CGB II SPA	Chile	100,00%
CGB III SPA	Chile	100,00%
Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	100,00%
Estrel Serviços Administrativos S.A.	Brasil	100,00%
FC Recovery S.A.U.	Argentina	100,00%
FIC Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	100,00%
iCarros Ltda.	Brasil	100,00%
IGA Participações S.A.	Brasil	100,00%
Investimentos Bemge S.A.	Brasil	86,81%
Itaú Administradora General de Fondos S.A.	Chile	67,42%
Itaú Asesorías Financieras Limitada	Chile	67,42%
Itaú Asia Limited	Hong Kong	100,00%
Itaú Asset Management Administradora de Fondos Patrimoniales de Inversión S.A.	Paraguai	100,00%
Itaú Bahamas Directors Ltd.	Bahamas	100,00%
Itaú Bahamas Nominees Ltd.	Bahamas	100,00%
Itaú BBA Assessoria Financeira S.A.	Brasil	100,00%
Itaú BBA International (Cayman) Ltd.	Ilhas Cayman	100,00%
Itaú Chile Inversiones, Servicios y Administracion S.A.	Chile	100,00%
Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Corredor de Seguros Colombia S.A.	Colômbia	67,41%
Itaú Corredores de Seguros S.A.	Chile	67,42%
Itaú Corretora de Seguros S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Holding Colombia S.A.S.	Colômbia	67,42%
Itaú Institucional Renda Fixa Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
Itaú International Holding Limited	Reino Unido	100,00%
Itaú Rent Administração e Participações Ltda.	Brasil	100,00%
Itaú Seguros Paraguay S.A.	Paraguai	100,00%
Itaú Seguros S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Unibanco Asset Management Ltda.	Brasil	100,00%
Itaú Unibanco Comercializadora de Energia Ltda.	Brasil	100,00%
Itaú USA Asset Management Inc.	Estados Unidos	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	100,00%
Itauseg Participações S.A.	Brasil	100,00%
Itauseg Saúde S.A.	Brasil	100,00%
ITB Holding Brasil Participações Ltda.	Brasil	100,00%
IU Corretora de Seguros Ltda.	Brasil	100,00%
IUPP S.A.	Brasil	100,00%
Kinea Investimentos Ltda.	Brasil	80,00%
Maxipago Serviços de Internet Ltda.	Brasil	100,00%
Mundostar S.A.	Uruguai	100,00%
PR Curitiba Mariano Torres Ltda.	Brasil	100,00%
Proserv - Promociones y Servicios, S.A. de C.V.	México	100,00%
Provar Negócios de Varejo Ltda.	Brasil	100,00%
Recaudaciones y Cobranzas Limitada	Chile	67,42%
Recovery do Brasil Consultoria S.A.	Brasil	100,00%
RJ Niteroi Icarai Ltda.	Brasil	100,00%
RT Alm 5 Fundo de Investimento Renda Fixa	Brasil	100,00%
RT Alm Soberano 2 Fundo de Investimento Renda Fixa	Brasil	100,00%
RT Defiant Multimercado - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem

2) A Karen International Ltd. compôs o Itaú Unibanco Holding Consolidado até 19/04/2024, aguardando certificado de incorporação.

## Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Instituições controladas consolidadas apenas no Balanço Societário	País de Origem <sup>(1)</sup>	% Participação Total
RT Endeavour Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
RT Multigestor 4 Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	Brasil	100,00%
RT Nation Renda Fixa - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
RT Valiant Renda Fixa - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
SAGA II SPA	Chile	100,00%
SAGA III SPA	Chile	100,00%
SP Alameda Franca LTDA	Brasil	100,00%
SP Amadeu Amaral Ltda.	Brasil	100,00%
SP Antonia Queiroz Ltda	Brasil	100,00%
SP Augusta Ltda	Brasil	100,00%
SP Av Juscelino Kubitschek Ltda	Brasil	100,00%
SP Av Morumbi Ltda	Brasil	100,00%
SP Av. Jabaquara Ltda.	Brasil	100,00%
SP Av. Rangel Pestana Ltda.	Brasil	100,00%
SP Bairro Moema Ltda.	Brasil	100,00%
SP Bairro Sumarezinho Ltda	Brasil	100,00%
SP Bairro Vila Guilherme Ltda.	Brasil	100,00%
SP Brooklin Rua Santo Amaro Ltda	Brasil	100,00%
SP Butanta Ltda	Brasil	100,00%
SP CEAGESP Ltda	Brasil	100,00%
SP Clelia Ltda	Brasil	100,00%
SP Eusebio Matoso Ltda	Brasil	100,00%
SP Itaberaba Ltda	Brasil	100,00%
SP Maracatins Ltda	Brasil	100,00%
SP Nova JK Ltda	Brasil	100,00%
SP Padre João Manuel Ltda.	Brasil	100,00%
SP Pássaros e Flores Ltda.	Brasil	100,00%
SP Rua Da Consolacao Ltda	Brasil	100,00%
SP Rua Das Palmeiras Ltda.	Brasil	100,00%
SP Santos Embare Ltda.	Brasil	100,00%
SP Santos Jose Menino Ltda.	Brasil	100,00%
SP Senador Queiros Ltda.	Brasil	100,00%
SP Serra De Bragança Ltda	Brasil	100,00%
SP Vila Clementino Ltda.	Brasil	100,00%
SP Vila Olimpia Araguari Ltda.	Brasil	100,00%
SPE IRA 01 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 02 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 03 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 04 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 05 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 06 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 07 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 08 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 09 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 10 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 11 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 12 LTDA	Brasil	100,00%
Spe Ira 13 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 14 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 15 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 16 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 17 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 18 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 19 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 20 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 21 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 22 Ltda	Brasil	100,00%
Zup I.T. Serviços em Tecnologia e Inovação S.A.	Brasil	100,00%
ZUP Innovation Corp.	Estados Unidos	100,00%

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem.

As tabelas de instituições apresentadas acima representam o escopo total de empresas do Conglomerado do Itaú Unibanco.

### Instituições não consolidadas

A seguir, estão as instituições coligadas e as controladas em conjunto não consolidadas no Balanço Societário e Prudencial:

Instituições não consolidadas <sup>(3)</sup>	País de Origem <sup>(1)</sup>	% Participação Total <sup>(2)</sup>
Avenue Holding Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	34,45%
BANFUR International S.A.	Panamá	30,00%
Biomás Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A	Brasil	16,67%
BSF Holding S.A	Brasil	49,00%
CIP S.A	Brasil	22,89%
Conectar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	Brasil	50,00%
Gestora de Inteligência de Crédito S.A	Brasil	15,71%
Kinea Private Equity Investimentos S.A.	Brasil	79,99%
Olímpia Promoção e Serviços S.A.	Brasil	50,00%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	42,93%
Pravaler S.A.	Brasil	50,84%
PREX Holdings LLC	Estados Unidos	30,00%
Rede Agro Fidelidade e Intermediação S.A.	Brasil	12,82%
Rias Redbanc S.A.	Uruguai	25,00%
Tecnologia Bancária S.A.	Brasil	28,05%
Totvs Techfin S.A.	Brasil	50,00%

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem.

2) Considera apenas participação direta.

3) A Companhia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. compôs o Itaú Unibanco Holding Consolidado até 31/05/2024.

### Instituições relevantes

São apresentadas a seguir as empresas consideradas relevantes não consolidadas no Balanço Prudencial, com informações de ativo total, patrimônio líquido, país e segmento de atuação:

Em R\$ milhões	Instituições	País	Segmento	30/06/2024		31/03/2024	
				Ativo Total	Patrimônio Líquido	Ativo Total	Patrimônio Líquido
	Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	Capitalização	4.452	816	4.033	710
	Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A.	Brasil	Holdings de instituições financeiras	1.272	1.176	1.242	1.149
	Itaú Corretora de Seguros S.A.	Brasil	Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde	2.356	1.016	2.068	834
	Itaú Seguros S.A.	Brasil	Seguros	8.807	2.499	8.970	2.134
	Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	Previdência Complementar	288.388	4.432	279.656	4.379
	Itauseg Participações S.A.	Brasil	Holdings de instituições não financeiras	13.222	13.135	12.575	12.478
	ITB Holding Brasil Participações Ltda.	Brasil	Holdings de instituições financeiras	52.042	51.035	47.623	46.827
	Provar Negócios de Varejo Ltda.	Brasil	Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente	2.277	2.248	2.245	2.215

## **Composição do Capital**

### **CCA: Principais características dos instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR)**

Os instrumentos autorizados a compor Capital Complementar ou o Nível II podem ser extintos segundo critérios estabelecidos na Resolução nº 4.955, tais como o descumprimento dos índices mínimos regulatórios, decretação de regime de administração especial temporária ou intervenção, aporte de recurso público ou determinação do Banco Central do Brasil. Caso algum critério para extinção dos instrumentos subordinados seja acionado, a área responsável pela gestão de Capital do Itaú Unibanco acionará as áreas envolvidas para o cumprimento do seguinte plano de ação:

- Tesouraria e produtos, através do agente de pagamento dos instrumentos subordinados ou diretamente através da depositária central, farão a notificação aos seus detentores para que cessem as negociações de tais instrumentos;
- As áreas operacionais e contábeis realizarão os procedimentos necessários no processo para o tratamento adequado da extinção; e
- A área de Relações com Investidores comunicará ao mercado a extinção dos instrumentos subordinados.

A tabela CCA - Principais características dos instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR), está disponível em [www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores), na seção “Resultados e Relatórios”, “Documentos Regulatórios”, “Pilar 3”.

## Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

### CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR)

		30/06/2024	
		Valor (R\$ mil)	Referência no balanço do conglomerado
<b>Capital Principal: instrumentos e reservas</b>			
1	Instrumentos elegíveis ao Capital Principal	90.729.000	(k)
2	Reservas de lucros	97.416.380	(l)
3	Outras receitas e outras reservas	(3.742.504)	(m)
5	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado prudencial e elegíveis ao seu Capital Principal	6.072.230	(j)
<b>6</b>	<b>Capital Principal antes dos ajustes prudenciais</b>	<b>190.475.106</b>	
<b>Capital Principal: ajustes prudenciais</b>			
7	Ajustes prudenciais relativos a apreciamentos de instrumentos financeiros (PVA)	251.110	
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	2.239.129	(e)
9	Ativos intangíveis	15.628.313	(h) / (i)
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	1.657.614	(b)
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos cujos ajustes de marcação a mercado não são registrados contabilmente	(129.049)	
12	Déficit de provisões em relação às perdas esperadas	407.078	
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	-	(d)
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	375.829	(n)
17	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Principal	-	
18	Valor total das deduções relativas às participações líquidas não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	-	
19	Valor total das deduções relativas às participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-	
21	Valor total das deduções relativas aos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, que exceda 10% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-	
22	Valor que excede, de forma agregada, 15% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado	-	
23	do qual: oriundo de participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	-	
26	Ajustes regulatórios nacionais	-	
26.a	Ativos permanentes diferidos	-	(g)
26.b	Investimentos em dependências, instituições financeiras controladas no exterior ou entidades não financeiras que componham o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	-	
26.d	Aumento de capital social não autorizado	-	
26.e	Excedente do valor ajustado de Capital Principal	-	
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital	-	
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	(i)
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-	
26.i	Destaque do PR, conforme Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017	-	
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	-	
27	Dedução aplicada ao Capital Principal decorrente de insuficiência de Capital Complementar e de Nível II para cobrir as respectivas deduções nesses componentes	-	
<b>28</b>	<b>Total de deduções regulatórias ao Capital Principal</b>	<b>20.430.024</b>	
<b>29</b>	<b>Capital Principal</b>	<b>170.045.081</b>	
<b>Capital Complementar: instrumentos</b>			
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	20.145.501	
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	-	
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	20.145.501	
33	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
34	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias da instituição ou conglomerado e elegíveis ao seu Capital Complementar	910.832	
35	da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
36	Capital Complementar antes das deduções regulatórias	21.056.333	

## Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

### Capital Complementar: deduções regulatórias

37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Complementar da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	
38	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Complementar	-	
39	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
40	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
41	Ajustes regulatórios nacionais	-	
41.b	Participação de não controladores no Capital Complementar	-	
41.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	-	
42	Dedução aplicada ao Capital Complementar decorrente de insuficiência de Nível II para cobrir a dedução nesse componente	-	
<b>43</b>	<b>Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar</b>	-	
<b>44</b>	<b>Capital Complementar</b>	<b>21.056.333</b>	
<b>45</b>	<b>Nível I</b>	<b>191.101.414</b>	

### Nível II: instrumentos

46	Instrumentos elegíveis ao Nível II	24.038.182	
47	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
48	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado e elegíveis ao seu Nível II	417.308	
49	da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
<b>51</b>	<b>Nível II antes das deduções regulatórias</b>	<b>24.455.490</b>	

### Nível II: deduções regulatórias

52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	
53	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Nível II	-	
54	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
55	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
56	Ajustes regulatórios nacionais	-	
56.b	Participação de não controladores no Nível II	-	
56.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	-	
<b>57</b>	<b>Total de deduções regulatórias ao Nível II</b>	<b>-</b>	
<b>58</b>	<b>Nível II</b>	<b>24.455.490</b>	
<b>59</b>	<b>Patrimônio de Referência</b>	<b>215.556.905</b>	
<b>60</b>	<b>Total de ativos ponderados pelo risco (RWA)</b>	<b>1.301.540.549</b>	

### Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal

<b>61</b>	<b>Índice de Capital Principal (ICP)</b>	<b>13,1%</b>	
<b>62</b>	<b>Índice de Nível I (IN1) <sup>(1)</sup></b>	<b>14,7%</b>	
<b>63</b>	<b>Índice de Basileia (IB)</b>	<b>16,6%</b>	
<b>64</b>	<b>Percentual do adicional de Capital Principal (em relação ao RWA)</b>	<b>3,6%</b>	
65	do qual: adicional para conservação de capital - ACPConservação	2,5%	
66	do qual: adicional contracíclico - ACPContracíclico	0,1%	
67	do qual: Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	1,0%	
68	Capital Principal excedente ao montante utilizado para cumprimento dos requerimentos de capital, como proporção do RWA (%)	5,0%	

### Valores abaixo do limite de dedução antes da aplicação de fator de ponderação de risco

72	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, bem como dos investimentos não significativos em Capital Complementar, em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	5.393.698	
73	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	15.136.337	(f) / (a)
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, não deduzidos do Capital Principal	5.859.491	(c)

### Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de janeiro de 2018 e 1º de janeiro de 2022)

82	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite da linha 82	-	
84	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite da linha 84	-	

1) O Nível I segue as instruções do Bacen e não está limitado ao perc. Caso fosse limitado, o N1 seria de 14,6%. Caso fosse limitado, o N1 seria de 14,6%.



## CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial

Em R\$ milhões, ao final do período

30/06/2024

	Valores do balanço patrimonial no final do período	Valores considerados para fins da regulamentação prudencial no final do período	Referência no balanço do conglomerado <sup>(2)</sup>
<b>Balanço Patrimonial Consolidado <sup>(1)</sup></b>			
<b>Ativo</b>			
Circulante e Realizável a Longo Prazo	2.897.179	2.573.688	
Disponibilidades	33.862	33.794	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	303.836	299.943	
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.092.080	794.809	
Relações Interfinanceiras	238.149	238.149	
Relações Interdependências	580	580	
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	893.501	883.051	
Outros Créditos	327.744	316.359	
Ativos Fiscais Diferidos	68.866	66.080	(b) / (c)
Diversos	258.878	250.279	(b) / (d)
Outros Valores e Bens	7.427	7.003	
Permanente	34.816	63.195	
Investimentos	8.205	36.899	(a) / (e) / (f)
Imobilizado de Uso	9.106	8.620	
Imobilizado de Arrendamento	-	299	
Ágio e Intangível	17.505	17.377	(e) / (h) / (i)
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.931.995</b>	<b>2.636.883</b>	
<b>Passivo</b>			
Circulante e Exigível a Longo Prazo	2.740.007	2.443.589	
Depósitos	1.017.165	1.032.009	
Captações no Mercado Aberto	430.739	430.832	
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	306.023	306.023	
Relações Interfinanceiras	91.346	91.346	
Relações Interdependências	12.247	12.252	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	116.745	116.745	
Instrumentos Financeiros Derivativos	68.355	68.252	
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	292.095	-	
Provisões	15.997	15.781	
Provisões para Garantias Financeiras Prestadas e Compromissos de Empréstimos	3.011	3.011	
Outras Obrigações	386.284	367.338	
Obrigações Fiscais Diferidas	7.569	7.131	(b) / (c)
Diversas	378.715	360.207	(d)
Participações de Não Controladores	8.200	9.267	(j)
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>183.788</b>	<b>184.027</b>	
Capital Social	90.729	90.729	(k)
Outras Receitas e Outras Reservas	(3.833)	(3.742)	(m)
Reservas de Lucros	97.268	97.416	(l)
(Ações em Tesouraria)	(376)	(376)	(n)
<b>Total do Passivo</b>	<b>2.931.995</b>	<b>2.636.883</b>	

1) Diferenças se devem, principalmente, à não consolidação de empresas não financeiras (destacando-se empresas de Seguros, Previdência e Capitalização) no Consolidado Prudencial, além das eliminações das transações com Partes Relacionadas.

2) Informações do prudencial que são apresentadas na tabela CC1 deste relatório.

**Indicadores Macroprudenciais****CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACP<sub>Contracíclico</sub>**

A tabela a seguir detalha a distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACP<sub>contracíclico</sub>, de acordo com a Circular 3.769 de 29 de Outubro de 2015:

Em R\$ milhões					30/06/2024
Jurisdição	ACCPi	Valores de exposição e de RWACPrNB considerados no cálculo do ACP <sub>Contracíclico</sub>			Valor do ACP <sub>Contracíclico</sub> <sup>(3)</sup>
		Montante da exposição ao risco de crédito ao setor privado não bancário	RWACPrNB	Adicional contracíclico aplicável à instituição	
Brasil	-	1.853.501	767.473		-
Chile	0,50%	177.608	113.064	0,06%	740
Uruguai	0,25%	39.008	23.872		-
Reino Unido	2,00%	3.527	342		-
Luxemburgo	0,50%	3.482	1.515		-
França	1,00%	1.701	922		-
Holanda	2,00%	1.591	1.091		-
Suécia	2,00%	563	558		-
Alemanha	0,75%	421	404		-
Noruega	2,50%	218	79		-
Bélgica	0,50%	47	1		-
Dinamarca	2,50%	19	9		-
Hong Kong	1,00%	9	9		-
Austrália	1,00%	2	2		-
<b>Subtotal <sup>(1)</sup></b>		<b>2.081.697</b>	<b>909.341</b>		
<b>Total <sup>(2)</sup></b>		<b>2.212.640</b>	<b>994.163</b>	<b>0,06%</b>	<b>740</b>

1) Soma das parcelas RWACPrNBi relativas às exposições ao risco de crédito ao setor privado não bancário do Brasil e das jurisdições com percentual do adicional contracíclico com valores maiores que zero.

2) Total do RWA para as exposições ao risco de crédito privado não bancário para todas as jurisdições em que o banco apresenta exposição, incluindo jurisdições sem percentual de contracíclico aplicado ou com percentual de contracíclico igual a zero.

3) Apuração conforme Circular 3.769 utilizando a faculdade de exclusão de jurisdição.

**GSIB1: Indicadores utilizados para caracterização de instituição financeira como sistemicamente importante em âmbito global (G-SIBs)**

A tabela GSIB1, Indicadores utilizados para caracterização de instituição financeira como sistemicamente importante em âmbito global (G-SIBs), fica disponível em [www.itaubanco.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.itaubanco.com.br/relacoes-com-investidores), na seção “Resultados e Relatórios”, “Documentos Regulatórios”, “Pilar 3”, conforme prazo definido na Resolução BCB 54/20.

## Razão de Alavancagem

A razão de alavancagem é definida como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN 3.748, cujo requerimento mínimo é 3%. O objetivo da razão é ser uma medida simples de alavancagem não sensível a risco, logo não leva em consideração fatores de ponderação de risco ou mitigações.

As informações apresentadas a seguir seguem a metodologia estabelecida pela Circular BACEN 3.748.

### LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA)

Em R\$ milhões	30/06/2024	31/03/2024
Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	2.931.995	2.788.916
Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	(295.112)	(286.398)
Ativo total do balanço patrimonial individual ou do conglomerado prudencial, no caso de apuração da RA em bases consolidadas.	2.636.883	2.502.518
Ajuste relativo ao método de apuração do valor dos instrumentos financeiros derivativos	75.514	78.164
Ajuste relativo ao método de apuração do valor das operações compromissadas e de empréstimo de ativos	13.296	8.964
Ajuste relativo a operações não contabilizadas no balanço patrimonial	200.949	189.086
Outros ajustes	(238.053)	(224.486)
<b>Exposição Total</b>	<b>2.688.589</b>	<b>2.554.246</b>

### LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem

Em R\$ milhões	30/06/2024	31/03/2024
<b>Itens contabilizados no balanço patrimonial</b>		
Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	2.131.189	1.993.988
Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	(26.736)	(26.563)
<b>Total das exposições contabilizadas no balanço patrimonial</b>	<b>2.104.453</b>	<b>1.967.425</b>
<b>Operações com instrumentos financeiros derivativos</b>		
Valor de reposição em operações com derivativos	42.543	36.685
Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	46.674	46.876
Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-	-
Ajuste relativo à dedução da exposição relativa a contraparte central qualificada (QCCP) nas operações de derivativos em nome de clientes nas quais não há obrigatoriedade contratual de reembolso em decorrência de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pela liquidação e compensação das transações	(16.914)	(18.307)
Valor de referência dos derivativos de crédito	56.362	55.290
Ajuste no valor de referência dos derivativos de crédito	(17.945)	(13.969)
<b>Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>110.720</b>	<b>106.575</b>
<b>Operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (TVM)</b>		
Aplicações em operações compromissadas e em empréstimo de TVM	241.116	261.721
Ajuste relativo a recompras a liquidar e a TVM cedidos por empréstimo	-	-
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte (CCR)	13.296	8.964
Valor relativo ao CCR em operações de intermediação	18.055	20.475
<b>Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de TVM</b>	<b>272.467</b>	<b>291.160</b>
<b>Itens não contabilizados no balanço patrimonial</b>		
Valor de referência das operações não contabilizadas no balanço patrimonial	582.139	550.055
Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no balanço patrimonial	(381.190)	(360.969)
<b>Total das exposições não contabilizadas no balanço patrimonial</b>	<b>200.949</b>	<b>189.086</b>
<b>Capital e Exposição Total</b>		
<b>Nível I</b>	<b>191.101</b>	<b>180.575</b>
<b>Exposição Total</b>	<b>2.688.589</b>	<b>2.554.246</b>
<b>Razão de Alavancagem (RA)</b>		
<b>Razão de Alavancagem (%)</b>	<b>7,1%</b>	<b>7,1%</b>

## Indicadores de Liquidez

### LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez

#### Estrutura e Tratamento

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Seguindo a estratégia de captação de recursos, o Itaú Unibanco possui disponibilidade de fontes de *funding* diversificadas e estáveis monitoradas através de indicadores de concentração e de prazos, visando mitigar os riscos de liquidez, em linha com o apetite de risco da instituição.

A governança do gerenciamento de risco de liquidez está baseada em órgãos colegiados, subordinados ao CA ou à estrutura executiva do Itaú Unibanco. Tais órgãos estabelecem os apetites de risco da instituição, definem as alçadas relacionadas ao controle de liquidez e acompanham os indicadores de liquidez.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio, responsável por definir a composição da reserva, estimar o fluxo de caixa e a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo e monitorar indicadores de liquidez de curto prazo (LCR) e de longo prazo (NSFR). Adicionalmente, propõe limites mínimos para absorver perdas em cenários de estresse para cada país onde o Itaú Unibanco opera, e informa eventuais desenquadramentos às alçadas competentes. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

Além disso, em observância às exigências da Resolução 4.557, da Circular BACEN 3.749 e da Circular 3.869, é enviado mensalmente ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL - LCR) e o Demonstrativo de Liquidez de Longo Prazo (DLP - NSFR). Por fim, periodicamente, são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Estresse de indicadores de liquidez baseados em cenários macroeconômicos, simulação de estresse reverso com base no apetite de risco, e projeção dos principais indicadores de liquidez para suporte às decisões;
- Planos de contingência e de recuperação para situações de crise, com ações que preveem uma gradação por nível de criticidade determinada pela facilidade de implantação, levando-se em consideração as características do mercado local de atuação, buscando uma rápida recomposição dos indicadores de liquidez;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Indicadores de concentração de provedores de *funding* e prazo.

O documento “Relatório de Acesso Público - Gestão e Controle de Risco de Liquidez”, que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, pode ser visualizado no site [www.itaunibanco.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.itaunibanco.com.br/relacoes-com-investidores), na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Políticas”, “Relatórios”.

## LIQ1: Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)

	30/06/2024 <sup>(1)</sup>		31/03/2024 <sup>(1)</sup>	
	Valores não ponderados (R\$ mil) <sup>(2)</sup>	Valores ponderados (R\$ mil) <sup>(3)</sup>	Valores não ponderados (R\$ mil) <sup>(2)</sup>	Valores ponderados (R\$ mil) <sup>(3)</sup>
<b>Ativos de Alta Liquidez (HQLA)</b>				
<b>Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)</b>		374.291.038		380.911.911
<b>Saídas de caixa <sup>(4)</sup></b>				
<b>Captações de varejo, das quais:</b>	610.623.296	63.891.184	598.262.808	62.308.381
Captações estáveis	269.767.332	13.482.725	265.833.641	13.291.682
Captações menos estáveis	340.855.963	50.408.459	332.429.167	49.016.699
<b>Captações de atacado não colateralizadas, das quais:</b>	339.010.197	151.124.659	334.815.802	148.289.714
Depósitos operacionais (todas as contrapartes) e depósitos de cooperativas filiadas	5.164.710	1.507.485	6.958.846	1.874.208
Depósitos não-operacionais (todas as contrapartes)	331.840.977	147.622.294	326.431.175	144.989.725
Obrigações não colateralizadas	2.004.509	1.994.880	1.425.781	1.425.781
<b>Captações de atacado colateralizadas</b>		32.827.991		27.655.505
<b>Requerimentos adicionais, dos quais:</b>	132.589.119	21.709.504	193.332.694	23.793.160
Relacionados a exposição a derivativos e a outras exigências de colateral	28.496.106	12.999.098	27.599.895	11.617.460
Relacionados a perda de captação por meio de emissão de instrumentos de dívida	1.370.517	1.339.941	931.700	931.700
Relacionados a linhas de crédito e de liquidez	102.722.495	7.370.464	164.801.100	11.244.000
<b>Outras obrigações contratuais</b>	110.562.367	110.466.731	109.300.465	109.300.465
<b>Outras obrigações contingentes</b>	226.613.836	18.380.577	219.218.476	18.864.745
<b>Total de saídas de caixa</b>		398.400.646		390.211.970
<b>Entradas de caixa <sup>(4)</sup></b>				
Empréstimos colateralizados	215.976.743	1.593.666	239.586.652	2.429.622
Operações em aberto, integralmente adimplentes	64.138.338	40.377.154	55.665.090	36.385.350
Outras entradas de caixa	187.974.039	170.292.312	173.300.228	155.137.403
<b>Total de entradas de caixa</b>	468.089.120	212.263.133	468.551.971	193.952.377
		<b>Valor Total Ajustado <sup>(5)</sup></b>		<b>Valor Total Ajustado <sup>(5)</sup></b>
<b>Total HQLA</b>		374.291.038		380.911.911
<b>Total de saídas líquidas de caixa</b>		186.137.513		196.259.594
<b>LCR (%)</b>		<b>201,1%</b>		<b>194,1%</b>

1) Corresponde à média diária de 64 observações no 2T24 e 61 observações no 1T24.

2) Corresponde ao saldo total referente ao item de entradas ou saídas de caixa.

3) Corresponde ao valor da aplicação dos fatores de ponderação.

4) Corresponde as saídas e entradas potenciais de caixa.

5) Corresponde ao valor calculado após a aplicação dos fatores de ponderação e dos limites estabelecidos pela Circular BACEN 3.749.

O Itaú Unibanco possui Ativos de Alta Liquidez (HQLA) que totalizaram R\$ 374,3 bilhões na média do trimestre, compostos principalmente por Títulos Soberanos, Reservas em Banco Centrais e Dinheiro em espécie. Já as Saídas Líquidas de Caixa totalizaram R\$ 186,1 bilhões na média do trimestre, compostas principalmente por Captações de Varejo, Atacado, Requerimentos Adicionais, Obrigações Contratuais e Contingentes, compensadas por Entradas de Caixa por Empréstimos e Outras Entradas de caixa previstas.

A tabela demonstra que o LCR na média do trimestre é de 201,1% acima do limite de 100% e, portanto, a instituição possui confortavelmente recursos estáveis disponíveis suficientes para suportar as perdas no cenário de estresse padronizado para o LCR.

## LIQ2: Indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR)

30/06/2024	Valor por prazo efetivo de vencimento residual, antes da ponderação (R\$ mil)				Valor após a ponderação (R\$ mil) <sup>(2)</sup>
	Sem Vencimento <sup>(1)</sup>	Menor do que seis meses <sup>(1)</sup>	Maior ou igual a seis meses e menor do que um ano <sup>(1)</sup>	Maior ou igual a um ano <sup>(1)</sup>	
<b>Recursos Estáveis Disponíveis (ASF) <sup>(3)</sup></b>					
<b>Capital</b>	-	-	-	<b>237.851.694</b>	<b>237.851.694</b>
<i>Patrimônio de Referência (PR), bruto de deduções regulatórias</i>	-	-	-	193.653.087	193.653.087
<i>Outros instrumentos não incluídos na linha 2</i>	-	-	-	44.198.607	44.198.607
<b>Captações de varejo, das quais:</b>	<b>199.034.194</b>	<b>425.411.111</b>	<b>16.594.717</b>	<b>2.226.568</b>	<b>593.174.367</b>
<i>Captações estáveis</i>	109.822.578	166.074.451	4.338.534	393.415	266.617.200
<i>Captações menos estáveis</i>	89.211.616	259.336.660	12.256.183	1.833.153	326.557.167
<b>Captações de atacado, das quais:</b>	<b>57.060.543</b>	<b>887.174.087</b>	<b>81.634.775</b>	<b>140.883.302</b>	<b>392.252.986</b>
<i>Depósitos operacionais e depósitos de cooperativas filiadas</i>	9.581.027	-	-	-	4.790.513
<i>Outras captações de atacado</i>	47.479.516	887.174.087	81.634.775	140.883.302	387.462.473
<b>Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes.</b>	-	<b>146.250.540</b>	<b>9.254.615</b>	<b>676.636</b>	-
<b>Outros passivos, dos quais:</b>	<b>113.824.302</b>	<b>197.730.019</b>	<b>9.089.752</b>	<b>64.804.010</b>	<b>69.348.886</b>
<i>Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero</i>	-	<b>25.382.537</b>	-	-	-
<i>Demais elementos de passivo ou patrimônio líquido não incluídos nas linhas anteriores</i>	113.824.302	172.347.482	9.089.752	64.804.010	69.348.886
<b>Total de Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)</b>					<b>1.292.627.933</b>
<b>Recursos Estáveis Requeridos (RSF) <sup>(3)</sup></b>					
<b>Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)</b>					<b>33.807.927</b>
<b>Depósitos operacionais mantidos em outras instituições financeiras</b>	-	-	-	-	-
<b>Títulos, valores mobiliários e operações com instituições financeiras, não-financeiras e bancos centrais, dos quais:</b>	<b>1.393.976</b>	<b>545.125.136</b>	<b>135.889.215</b>	<b>627.944.258</b>	<b>746.793.415</b>
<i>Operações com instituições financeiras colateralizadas por HQLA de Nível 1</i>	-	24.091.959	-	448.183	2.857.378
<i>Operações com instituições financeiras colateralizadas por HQLA de Nível 2A, de Nível 2B ou sem colateral</i>	1.207.114	26.156.716	6.090.012	19.961.636	27.134.201
<i>Empréstimos e financiamentos concedidos a clientes de atacado, de varejo, governos centrais e operações com bancos centrais, dos quais:</i>	186.862	445.769.237	96.499.724	264.654.027	390.253.838
<i>Operações com Fator de Ponderação de Risco (FPR) menor ou igual a 35%, nos termos da Circular nº 3.644, de 2013</i>	-	-	-	5.400.108	3.510.071
<i>Financiamentos imobiliários residenciais, dos quais:</i>	-	11.535.876	10.685.438	142.879.627	125.265.613
<i>Operações que atendem ao disposto na Circular nº 3.644, de 2013, art. 22</i>	-	-	-	95.679.482	81.077.833
<i>Títulos e valores mobiliários não elegíveis a HQLA, incluindo ações negociadas em bolsa de valores</i>	-	37.571.349	22.614.041	200.000.786	201.282.385
<b>Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes</b>	-	<b>142.175.783</b>	<b>12.306.043</b>	<b>838.413</b>	-
<b>Outros ativos, dos quais:</b>	<b>106.401.082</b>	<b>240.911.343</b>	<b>13.294.572</b>	<b>133.621.253</b>	<b>262.398.101</b>
<i>Operações com ouro e com mercadorias (commodities), incluindo aquelas com previsão de liquidação física</i>	-	-	-	-	-
<i>Ativos prestados em decorrência de depósito de margem inicial de garantia em operação com derivativos e participação em fundos de garantia mutualizados de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação que se interponham como contraparte central</i>	-	-	-	20.740.082	17.629.070
<i>Derivativos cujo valor de reposição seja maior ou igual a zero</i>	-	21.296.513	-	8.394.687	2.077.618
<i>Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero, bruto da dedução de qualquer garantia prestada em decorrência de depósito de margem de variação</i>	-	-	-	1.279.867	1.279.867
<i>Demais ativos não incluídos nas linhas anteriores</i>	106.401.082	219.614.830	13.294.572	103.206.617	241.411.547
<b>Operações não contabilizadas no balanço patrimonial</b>	<b>678.539.446</b>	<b>11.979.798</b>	-	-	<b>14.107.684</b>
<b>Total de Recursos Estáveis Requeridos (RSF)</b>					<b>1.057.107.128</b>
<b>NSFR (%)</b>					<b>122,3%</b>

1) Corresponde ao saldo total referente ao item de recursos estáveis disponíveis (ASF) ou recursos estáveis requeridos (RSF).

2) Corresponde ao valor após aplicação dos fatores de ponderação.

3) Corresponde aos recursos estáveis disponíveis (ASF) ou recursos estáveis requeridos (RSF).

Em R\$ mil	Valor Total Ponderado <sup>(1)</sup>	
	30/06/2024	31/03/2024
Total dos Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)	1.292.627.933	1.244.219.635
Total dos Recursos Estáveis Requeridos (RSF)	1.057.107.128	988.534.149
<b>NSFR (%)</b>	<b>122,3%</b>	<b>125,9%</b>

1) Corresponde ao valor calculado após a aplicação dos fatores de ponderação e dos limites estabelecidos pela Circular BACEN 3.869.

O Itaú Unibanco possui Recursos Estáveis Disponíveis (ASF) que totalizaram 1.292,6 bi no 2º trimestre, compostos principalmente por Capital, Captações do Varejo e do Atacado. Já os Recursos Estáveis Requeridos (RSF) totalizaram 1.057,1 bi no 2º trimestre, compostos principalmente pelos Empréstimos e financiamentos concedidos a clientes de atacado, de varejo, governos centrais e operações com bancos centrais.

A tabela demonstra que o NSFR no fechamento do trimestre é de 122,3%, acima do limite de 100%, e, portanto, a instituição possui confortavelmente recursos estáveis disponíveis suficientes para suportar os recursos estáveis requeridos no longo prazo, de acordo com a métrica.

## Risco de Crédito

### **CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito**

O Itaú Unibanco entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito visa a manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco da instituição para cada segmento de mercado em que opera. A governança do gerenciamento de risco de crédito está baseada em órgãos colegiados, subordinados ao CA ou à estrutura executiva do Itaú Unibanco. Tais órgãos avaliam as condições competitivas de mercado, definindo os limites de crédito da instituição, revendo práticas de controle e políticas e aprovando ações nas respectivas alçadas. Também é parte dessa estrutura o processo de comunicação e informação dos riscos, incluindo a divulgação das políticas e outras informações complementares referentes ao gerenciamento do risco de crédito.

O Itaú Unibanco gerencia o risco de crédito a que está exposto durante todo o ciclo de crédito, desde antes da concessão, passando pelo monitoramento e chegando à atividade de cobrança e recuperação, com monitoramento periódico de ativos problemáticos, os quais são definidos como:

- Operações em atraso maior que 90 dias;
- Operações Reestruturadas;
- Contrapartes que apresentem incapacidade de pagamento, seja por medidas judiciais, recuperação judicial, falência, prejuízo, entre outros;
- Deterioração significativa da qualidade creditícia, podendo ser identificada por piora nas métricas de rating interno, fianças honradas, entre outros.

Adicionalmente, caso seja identificado que um CNPJ possa contaminar os demais da contraparte, os mesmos poderão ser marcados como Ativos Problemáticos.

O monitoramento contém informações de exposições significativas, incluindo histórico e perspectivas de recuperação, além de informações de reestruturação. Essas análises são geradas mensalmente para os executivos e trimestralmente ao Conselho de Administração através do Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC).

Há uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito, centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar o risco de crédito inerente a todos os produtos, as concentrações de carteira e os impactos de potenciais mudanças no ambiente econômico. Tal estrutura é submetida a processos de auditorias interna e externa. É feito um monitoramento contínuo da carteira de crédito e das políticas e estratégias adotadas de forma a garantir a conformidade das operações com as normas e a legislação em vigor em cada país. As unidades de negócio possuem como principais atribuições (i) monitoramento das carteiras sob suas responsabilidades, (ii) concessão de crédito, levando em consideração as alçadas vigentes, as condições de mercado, as perspectivas macroeconômicas, e as mudanças em mercados e produtos, e (iii) gestão do risco de crédito adotando ações que propiciem a sustentabilidade de seus negócios.

O Itaú Unibanco estabelece sua política de crédito baseando-se em critérios internos como classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e capital econômico alocado, entre outros, considerando também fatores externos, como taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação, variação do consumo, entre outros.

Para pessoas físicas, pequenas e médias empresas, público considerado como varejo, a classificação de crédito é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* (nos estágios iniciais da relação com o cliente) e *behaviour score* (usado para os clientes com os quais o Itaú Unibanco já tem uma relação).

Para público de atacado e agro, a classificação baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas. O monitoramento contínuo do grau de concentração das carteiras do Itaú Unibanco, avaliando os setores de atividade econômica e os maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas, de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

O Itaú Unibanco também controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, pode ser adotada uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

Para medir o risco de crédito, o Itaú Unibanco leva em consideração a probabilidade de inadimplência do tomador, emissor ou contraparte, o valor estimado da exposição em caso de inadimplência, a perda dada a inadimplência e a concentração em tomadores. A quantificação desses componentes de risco faz parte do processo de concessão de crédito, da gestão da carteira e da definição de limites.

Os modelos usados pelo Itaú Unibanco passam por um processo de validação independente que visa a garantir a integridade e a consistência das bases de dados utilizadas na construção dos modelos e a adequação metodológica de estimação dos parâmetros.

O Itaú Unibanco também dispõe de estrutura específica e de processos que visam a garantir que outras vertentes do risco de crédito, como o risco país, sejam geridos e controlados, descrito no item “Outros Riscos”.

Atendendo a Resolução CMN 4.557, o documento “Relatório de Acesso Público – Política de Gestão e Controle de Risco de Crédito”, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de crédito, pode ser visualizado no site [www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores), na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Políticas”, “Relatórios”.



**CR1: Qualidade creditícia das exposições**

Em R\$ milhões	Valor bruto:					30/06/2024
	Exposições caracterizadas como ativos problemáticos (a)	Exposições não caracterizadas como ativos problemáticos (b)	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar (c)	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar (d). Dos quais: $RWA_{CPAD}$	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar (d). Dos quais: $RWA_{CIRB}$	Valor líquido (a+b-c)
Concessão de crédito	66.137	990.738	143.945	143.586	341	912.930
Títulos de dívida	8.339	706.766	12.737	-	-	702.368
dos quais: títulos soberanos nacionais	-	393.512	3.352	-	-	390.160
dos quais: outros títulos	8.339	313.254	9.385	-	-	312.208
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	-	579.360	956	951	5	578.404
<b>Total</b>	<b>74.476</b>	<b>2.276.864</b>	<b>157.638</b>	<b>144.537</b>	<b>346</b>	<b>2.193.702</b>

**CR2: Mudanças no estoque de Ativos Problemáticos**

Em R\$ milhões	Total
Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos ao final do período anterior (31/03/2024)	79.151
Valor das operações que passaram a ser classificadas como ativos problemáticos no período corrente	9.256
Valor das exposições que deixaram de ser caracterizadas como ativos problemáticos no período corrente.	(1.671)
Valor da baixa contábil por prejuízo	(13.481)
Outros ajustes	1.221
<b>Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos no final do período corrente (30/06/2024)</b>	<b>74.476</b>

**CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições**

As tabelas abaixo contêm informações adicionais a respeito da qualidade creditícia das exposições reportadas na tabela CR1. Nelas são informadas as aberturas por região geográfica no Brasil, por país e por setor econômico do total das exposições e do total das operações em curso anormal. Além disso, são informados o total das exposições por prazo remanescente de vencimento e segmentadas por faixa de atraso, a segregação do total das exposições reestruturadas e o percentual das dez e das cem maiores exposições.

**Exposições por setor econômico**

Total das Exposições			Total das operações caracterizadas como ativos problemáticos			
Em R\$ milhões	30/06/2024		Em R\$ milhões	30/06/2024		
	Carteira			Carteira		
	Total da Exposição (Valor Líquido)	Total da Exposição (Valor Bruto)		Ativos Problemáticos	Provisão Regulamentar	Baixas Contábeis por Prejuízo
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>1.368.900</b>	<b>1.417.035</b>	<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>28.869</b>	<b>3.705</b>	<b>2.429</b>
<b>Setor Público</b>	<b>489.826</b>	<b>493.397</b>	<b>Setor Público</b>	-	-	-
ENERGIA	1.825	1.826	ENERGIA	-	-	-
PETROQUÍMICA E QUÍMICA	3.449	3.472	PETROQUÍMICA E QUÍMICA	-	-	-
DIVERSOS	484.552	488.099	DIVERSOS	-	-	-
<b>Setor Privado</b>	<b>879.074</b>	<b>923.638</b>	<b>Setor Privado</b>	<b>28.869</b>	<b>3.705</b>	<b>2.429</b>
AÇÚCAR E ALCOOL	14.789	15.112	AÇÚCAR E ALCOOL	181	55	-
AGRO E FERTILIZANTES	38.922	40.120	AGRO E FERTILIZANTES	638	279	45
ALIMENTOS E BEBIDAS	34.581	36.073	ALIMENTOS E BEBIDAS	1.039	416	169
BANCOS E OUTRAS INST. FINANC.	80.160	81.770	BANCOS E OUTRAS INST. FINANC.	57	36	8
BENS DE CAPITAL	15.498	15.994	BENS DE CAPITAL	406	120	51
CELULOSE E PAPEL	9.895	10.028	CELULOSE E PAPEL	78	45	5
ELETROELETRÔNICOS & TI	18.851	19.808	ELETROELETRÔNICOS & TI	693	203	98
EMBALAGENS	6.928	7.129	EMBALAGENS	258	(74)	19
ENERGIA & SANEAMENTO	63.017	64.654	ENERGIA & SANEAMENTO	215	(8)	5
ENSINO	8.617	9.113	ENSINO	302	105	31
FARMACÊUTICOS & COSMÉTICOS	25.455	26.293	FARMACÊUTICOS & COSMÉTICOS	684	282	85
IMOBILIÁRIO	68.520	71.152	IMOBILIÁRIO	781	404	68
LAZER & TURISMO	17.308	19.105	LAZER & TURISMO	1.135	424	196
MADEIRA & MÓVEIS	9.272	9.942	MADEIRA & MÓVEIS	493	245	63
MAT CONSTRUÇÃO	13.573	14.657	MAT CONSTRUÇÃO	460	198	75
METALURGIA/SIDERURGIA	18.355	19.096	METALURGIA/SIDERURGIA	541	233	66
MÍDIA	1.466	1.509	MÍDIA	29	11	2
MINERAÇÃO	10.627	10.910	MINERAÇÃO	85	47	21
OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	20.416	22.082	OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	1.282	(198)	22
PETRÓLEO & GÁS	16.442	17.224	PETRÓLEO & GÁS	319	133	61
PETROQUÍMICA & QUÍMICA	18.829	19.515	PETROQUÍMICA & QUÍMICA	292	88	37
SAÚDE	14.006	14.758	SAÚDE	320	126	35
SEGUROS & RESSEGUROS & PREVIDÊNCIA	462	473	SEGUROS & RESSEGUROS & PREVIDÊNCIA	-	-	-
TELECOMUNICAÇÕES	18.540	19.480	TELECOMUNICAÇÕES	102	57	9
VESTUÁRIO & CALÇADOS	10.418	10.931	VESTUÁRIO & CALÇADOS	384	158	49
TRADINGS	5.007	5.183	TRADINGS	128	51	17
TRANSPORTES	45.830	49.113	TRANSPORTES	1.005	344	89
UTILIDADES DOMÉSTICAS	5.065	5.200	UTILIDADES DOMÉSTICAS	82	36	10
VEÍCULOS/AUTO-PEÇAS	38.466	39.765	VEÍCULOS/AUTO-PEÇAS	793	318	104
TERCEIRO SETOR	2.964	3.026	TERCEIRO SETOR	6	1	-
EDITORIAL E GRÁFICO	5.145	5.499	EDITORIAL E GRÁFICO	251	91	40
COMÉRCIO - DIVERSOS	51.665	59.392	COMÉRCIO - DIVERSOS	6.894	1.756	501
INDÚSTRIA - DIVERSOS	5.853	6.101	INDÚSTRIA - DIVERSOS	228	6	14
SERVIÇOS - DIVERSOS	78.098	82.064	SERVIÇOS - DIVERSOS	2.392	1.016	411
DIVERSOS	86.034	91.367	DIVERSOS	6.316	(3.299)	23
<b>Pessoa Física</b>	<b>824.802</b>	<b>934.305</b>	<b>Pessoa Física</b>	<b>45.607</b>	<b>20.778</b>	<b>11.052</b>
<b>Total Geral</b>	<b>2.193.702</b>	<b>2.351.340</b>	<b>Total Geral</b>	<b>74.476</b>	<b>24.483</b>	<b>13.481</b>

**Exposições por prazo remanescente de vencimento**

Em R\$ milhões					Em R\$ milhões				
30/06/2024					30/06/2024				
Prazo Remanescente do Vencimento (Valor Líquido) <sup>(1)</sup>					Prazo Remanescente do Vencimento (Valor Bruto) <sup>(1)</sup>				
até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total	até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
447.806	158.649	674.549	442.154	<b>1.723.158</b>	484.066	161.981	744.685	485.502	<b>1.876.234</b>

1) Os valores de Créditos a Liberar não estão sendo considerados nesta abertura.

## Exposições em atraso segmentadas por faixa de atraso

Em R\$ milhões	30/06/2024	
	Carteira Bruta	
	Total da Exposição em atraso <sup>(1)</sup>	
menor que 30 dias	9.546	
entre 31 e 90 dias	16.804	
entre 91 e 180 dias	15.432	
entre 181 e 365 dias	19.511	
maior que 365 dias	6.391	
<b>Total</b>	<b>67.684</b>	

1) Conforme Resolução 54, a tabela segue o mesmo escopo da tabela CR1.

## Exposições por região geográfica no Brasil e por país

Em R\$ milhões	Total das Exposições		Em R\$ milhões	Total das operações caracterizadas como Ativos Problemáticos		
	30/06/2024			30/06/2024		
	Carteira			Carteira		
	Total da Exposição (Valor Líquido)	Total da Exposição (Valor Bruta)	Ativos Problemáticos	Provisão Regulamentar	Baixas Contábeis por Prejuízo	
Sudeste	997.629	1.083.704	Sudeste	49.039	12.300	7.498
Sul	165.957	182.875	Sul	7.375	3.195	1.494
Norte	31.772	37.849	Norte	2.242	948	484
Nordeste	120.253	139.370	Nordeste	8.475	4.271	2.357
Centro-Oeste	71.738	81.659	Centro-Oeste	4.407	2.015	956
Território nacional <sup>(1)</sup>	390.161	393.512	Território nacional <sup>(1)</sup>	-	-	-
<b>Brasil</b>	<b>1.777.510</b>	<b>1.918.969</b>	<b>Brasil</b>	<b>71.538</b>	<b>22.729</b>	<b>12.790</b>
Argentina	2	3	Argentina	-	-	-
Chile	202.825	208.381	Chile	2.075	1.157	468
Colômbia	39.934	49.007	Colômbia	500	302	128
Estados Unidos	29.580	29.730	Estados Unidos	-	-	-
Paraguai	20.923	21.145	Paraguai	167	135	35
Reino Unido	24.169	24.485	Reino Unido	-	-	-
Suíça	3.491	3.491	Suíça	-	-	-
Uruguai	42.354	42.833	Uruguai	192	156	60
Outros	52.914	53.296	Outros	4	4	-
<b>Exterior</b>	<b>416.192</b>	<b>432.371</b>	<b>Exterior</b>	<b>2.938</b>	<b>1.754</b>	<b>691</b>
<b>Total Geral</b>	<b>2.193.702</b>	<b>2.351.340</b>	<b>Total Geral</b>	<b>74.476</b>	<b>24.483</b>	<b>13.481</b>

1) Considera somente os títulos públicos brasileiros.

## Maiores exposições

Em R\$ milhões	30/06/2024	
	Exposição	% da Carteira
<b>Operações de Crédito, Títulos de dívida e Operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial (CR1) <sup>(1)</sup></b>		
10 Maiores Devedores	485.968	22,0%
100 Maiores Devedores	673.209	31,0%

1) Conforme Resolução 54 a tabela segue o mesmo escopo da tabela CR1, na qual o valor da exposição considera os títulos de dívida de soberanos.

**Exposições reestruturadas**

Em R\$ milhões	30/06/2024	
	Ativos Problemáticos	Demais
Exposições reestruturadas <sup>(1)</sup>	26.404	47

1) A Resolução BCB nº 4.557 em seu artigo 24 parágrafo 1º, inciso III, define que toda operação reestruturada será caracterizada como um ativo problemático.

**CRC: Informações sobre instrumentos mitigadores do risco de crédito**

O Itaú Unibanco utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações sujeitas a risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser financeiras, derivativo de crédito, fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação. Para que essas garantias sejam consideradas como instrumentos mitigadores do risco de crédito, é necessário que cumpram as exigências e as determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas, e que sejam juridicamente exercíveis (eficazes), exequíveis e regularmente avaliadas.

As informações relativas à eventual concentração associada à mitigação do risco de crédito consideram esses diferentes instrumentos mitigadores, segregando por tipo e por provedor. Por motivos de confidencialidade, a instituição determina a não divulgação de informações além da classificação do tipo do garantidor, porém assegurando-se a aderência aos requerimentos gerais.

- **Garantias Fidejussórias e derivativos de crédito:** um terceiro assume a responsabilidade pelo cumprimento da obrigação contraída pelo devedor, que recai no patrimônio geral desse terceiro. Avais, fianças e CDS são exemplos dessas garantias.

As garantias fidejussórias são segregadas nos seguintes provedores: Pessoas Jurídicas; Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD); Instituições Financeiras, Soberanos, Tesouro Nacional ou Banco Central.

O Itaú Unibanco utiliza ainda derivativos de crédito para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como spreads de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros. Também são segregados em: Pessoas Jurídicas; Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD); Instituições financeiras e Soberanos.

- **Garantias Reais e Financeiras:** o próprio tomador ou um terceiro destaca um ou mais ativos financeiro e/ou um ou mais bens e/ou um ou mais recebíveis, de forma que, garanta o ressarcimento do credor em caso de inadimplência. Essas garantias são segregadas por tipo: colaterais financeiros, contratos bilaterais e bens.

- **Acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações e estruturas jurídicas com poder de mitigação:** o acordo de compensação tem por objetivo reduzir o risco de exposição de crédito de uma parte perante a outra, resultante de operações celebradas entre elas, de forma que, em caso de vencimento, após a compensação, seja identificado o valor líquido devido pela parte devedora à parte credora. É comum ser utilizado em operações de derivativos, mas também pode abranger outros tipos de operações financeiras.

Nas estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação, a mitigação se dá em função de metodologias estabelecidas e aprovadas pelas unidades de negócio responsáveis pela gestão do risco de crédito e pela área centralizada de controle de risco de crédito.

Tais metodologias consideram fatores relativos à exequibilidade jurídica das garantias, os custos necessários para tal e o valor esperado na execução, levando em consideração a volatilidade e a liquidez do mercado.

Para controle dos instrumentos mitigadores, existe monitoramento periódico que acompanha o nível de cumprimento do uso de cada instrumento quando comparado às políticas internas de mensuração, incluindo até planos de ação de correção quando existe desenquadramento, sendo analisados concentração, tipos, provedores e formalização. Os parâmetros utilizados são: HE (Haircut de execução) que avalia a probabilidade de sucesso na execução da garantia; HV (Haircut de Volatilidade) representa a liquidez da garantia que está sendo ofertada, e LMM (Limite de Mitigação Máxima) que é o teto de mitigação para garantias reais.

### CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito<sup>(1)</sup>

Em R\$ milhões	30/06/2024				
	Exposições não mitigadas	Exposições mitigadas	Das quais: Parcela coberta por colaterais financeiros	Das quais: Parcela coberta por garantias	Das quais: Parcela coberta por derivativos de crédito
<b>Concessão de crédito</b>	817.351	99.693	16.051	83.642	-
<b>Títulos de dívida</b>	620.312	1.283	1.282	1	-
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	143.985	3.014	1.628	1.386	-
Demais operações	472.530	8.349	8.345	4	-
<b>Total</b>	2.054.178	112.339	27.306	85.033	-
dos quais: ativos problemáticos	17.459	35	34	-	-

1) Os instrumentos mitigadores contemplados nesta tabela são aqueles previstos na Circular BACEN 3.809.

Aumento em títulos de dívidas concentrado em governos centrais e aumento em concessão de crédito concentrado em pessoas jurídicas não financeiras.

### CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito

## Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Em R\$ milhões	30/06/2024					
Categorias	Exposições pré FCC e mitigação		Exposições pós FCC e mitigação		RWA e densidade de RWA	
	Operações contabilizadas no balanço (a)	Operações não contabilizadas no balanço (b)	Operações contabilizadas no balanço (c)	Operações não contabilizadas no balanço (d)	RWA (e)	Densidade de RWA [e/(c+d)]
Governos centrais e respectivos bancos centrais	757.371	868	757.371	868	16.920	2%
Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	6.539	734	6.539	342	3.276	48%
Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	262	-	262	-	-	-
Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	149.137	11.183	149.137	6.561	57.622	37%
Títulos com características específicas (covered bonds)	-	-	-	-	-	-
Pessoas jurídicas não financeiras	437.085	155.465	437.085	94.383	419.364	79%
Dos quais: Financiamentos especializados	-	98	-	98	127	130%
Dos quais: outros	437.085	155.367	437.085	94.285	419.237	79%
Participações societárias e instrumentos de dívida subordinada	46.750	-	46.750	-	66.319	142%
Exposições de varejo	319.801	390.517	319.801	39.287	236.862	66%
Exposições garantidas por imóveis	193.492	5.242	193.492	5.147	88.075	44%
Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	138.916	-	138.916	-	39.803	29%
Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	38.294	204	38.294	202	34.483	90%
Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	5.383	429	5.383	335	4.946	87%
Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	2.832	2	2.832	2	2.260	80%
Das quais: relativas a empreendimentos imobiliários	8.067	4.608	8.067	4.608	6.583	52%
Ativos Problemáticos	17.081	1.801	17.081	412	9.678	55%
Outros ativos	91.999	-	91.999	-	90.823	99%
<b>Total</b>	<b>2.019.517</b>	<b>565.810</b>	<b>2.019.517</b>	<b>147.000</b>	<b>988.939</b>	<b>46%</b>

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

CR5: Abordagem padronizada - exposições por contraparte e fator de ponderação de risco (FPR)

Em R\$ milhões		Fator de ponderação de risco (FPR)						30/06/2024	
Categoria	0%	20%	50%	100%	150%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)		
Governos centrais e respectivos bancos centrais	716.417	18.323	20.790	2.556	-	153	758.239		
Categoria	20%	50%	100%	150%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)			
Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	433	-	1.404	-	5.044	6.881			
Categoria	0%	20%	30%	50%	100%	150%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)	
Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	262	-	-	-	-	-	-	262	
Categoria	20%	30%	40%	50%	75%	100%	150%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	43.403	7.790	79.477	13.646	138	1.247	4.059	5.938	155.698
Categoria	10%	15%	20%	25%	35%	50%	100%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
Títulos com características específicas (covered bonds)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

## Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Em R\$ milhões	Fator de ponderação de risco (FPR)										30/06/2024
Categoria	20%	50%	65%	75%	80%	85%	100%	130%	150%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
Pessoas jurídicas não financeiras	-	25.940	201.967	-	-	67.545	218.260	98	-	17.658	531.468
das quais: financiamentos especializados	-	-	-	-	-	-	-	98	-	-	98
das quais: outros	-	25.940	201.967	-	-	67.545	218.260	-	-	17.658	531.370

Categoria	100%	150%	250%	400%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
Participações societárias e instrumentos de dívida subordinada	228	3.116	-	-	43.406	46.750

Categoria	45%	75%	100%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
Exposições de varejo	63.061	243.442	208	52.377	359.088



## Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Em R\$ milhões	Fator de ponderação de risco (FPR)																	30/06/2024		
Categorias	0%	20%	25%	30%	35%	40%	45%	50%	60%	65%	70%	75%	85%	90%	100%	105%	110%	150%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
Exposições garantidas por imóveis	151	40.499	21.652	64.677	4.630	15.522	6.997	13.546	897	326	5.482	566	1.517	505	3.347	13	440	17.872	-	198.639
Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	5	40.499	21.652	56.283		15.522		1.362			3.593									138.916
Das quais: apuradas diretamente a partir dos valores dos empréstimos e financiamentos sem interferência e utilização de FPR médios ponderados, cada um deles obtido da combinação do FPR associado ao imóvel dado em garantia e do FPR do tomador do empréstimo.	5	40.499	21.652	56.283		15.522		1.362			3.593									138.916
Das quais: outras	-	-	-	-		-	-	-			-									-
Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.				8.394	4.630		6.997		460			130				13		17.872		38.496
Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	146	-	-						436	326		436	1.517		2.856					5.718
Das quais: apuradas diretamente a partir dos valores dos empréstimos e financiamentos sem interferência e utilização de FPR médios ponderados, cada um deles obtido da combinação do FPR associado ao imóvel dado em garantia e do FPR do tomador do empréstimo.	146	-	-						436											582
Das quais: outras	-	-	-							326		436	1.517		2.856					5.135
Das quais: garantidas por imóveis não residenciais em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.											1.889			505			440			2.834
Das quais: relativas a empreendimentos imobiliários								12.184							491					12.675

Em R\$ milhões	Fator de ponderação de risco (FPR)					Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
Categorias	50%	100%	150%	Outros		
Ativos Problemáticos	15.761	1.498	200	34	17.493	

Categorias	0%	20%	100%	1250%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
Outros Ativos	21	-	90.802	-	1.176	91.999

## Exposições e FCC aplicados às exposições não contabilizadas no balanço patrimonial

Em R\$ milhões

30/06/2024

Fator de ponderação de risco (FPR)	Exposições contabilizadas no balanço patrimonial	Exposições não contabilizadas no balanço patrimonial (antes do FCC)	FCC médio (ponderado pelo FPR) <sup>(1)</sup>	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
Menor que 40%	943.144	5.192	66%	946.591
40 - 70%	447.242	247.280	28%	516.857
75%	221.834	216.340	10%	244.147
80 - 85%	62.517	30.417	22%	69.062
90 - 100%	275.637	65.223	68%	320.055
105 - 130%	27.674	140	74%	27.777
150%	24.688	1.218	46%	25.247
160%	16.629	-	-	16.629
200%	152	-	-	152
250%	-	-	-	-
400%	-	-	-	-
1250%	-	-	-	-
<b>Exposição Total</b>	<b>2.019.517</b>	<b>565.810</b>	<b>26%</b>	<b>2.166.517</b>

1) Os ponderadores são as exposições não contabilizadas no balanço patrimonial, antes da aplicação dos respectivos FCC.

O aumento da exposição total das tabelas CR4 e CR5 ocorreu, principalmente nas linhas de Governos Centrais e Pessoas jurídicas não financeiras.

**CRE: IRB - Informações qualitativas sobre abordagens IRB**

Para o cálculo de capital regulatório de risco de crédito podem ser utilizadas duas abordagens, a padronizada e a IRB (*Internal Ratings Based*). O Itaú-Unibanco foi aprovado para utilizar a abordagem IRB pelo Banco Central para a unidade de negócio de crédito rural (Agro). A abordagem IRB permite a utilização de modelos internos para o cálculo do capital regulatório de risco de crédito, para tanto são utilizadas as estimativas internas de *Probability of Default* (PD), *Loss Given Default* (LGD) e *Exposure at Default* (EAD).

A PD de um cliente está associada diretamente a sua classificação interna de risco de crédito, sendo que tal classificação é atribuída a partir de modelos internos utilizados no processo de concessão de crédito. Para realização dessa classificação, utilizam-se os aspectos financeiros e qualitativos individuais dos clientes. Visto que a PD é a probabilidade de um credor entrar em descumprimento, ela é estimada com base nas informações do portfólio da instituição. O cálculo busca prever a possibilidade da ocorrência de descumprimento nos próximos doze meses para cada classificação de crédito, utilizando o perfil médio do portfólio nos últimos cinco anos conforme previsão normativa N° 303 do Banco Central do Brasil (BCB). De forma adicional, respeitamos o piso de 0,05% para os valores de PD, conforme estabelecido no Capítulo II do normativo.

A EAD é o valor esperado para o saldo do credor no momento do default. Este valor deriva do saldo no momento da avaliação combinado com possíveis movimentações que possam alterar o saldo devedor até o momento do default, considerando a possibilidade de consumo de crédito à liberar que o cliente tenha disponível. Para efetuar a estimação do FCC (Fator de conversão de Crédito) foram utilizados dados de conversão de crédito considerando os saldos e limites disponíveis dos credores 12 meses antes do momento de default para produtos rotativos. A instituição financeira armazena dados para um período de sete anos, cumprindo a exigência mínima prevista pelo Artigo 102 da Resolução 303.

A LGD é a estimação do percentual do EAD que a instituição deixará de recuperar no caso de descumprimento. Tal estimação é realizada com base nos eventos de descumprimento ocorridos e o comportamento posterior das recuperações líquidas a valores presentes<sup>1</sup>. Utilizando como ponto de partida o período mínimo exigido pelo Artigo 102 do normativo da Resolução 303, armazenam-se dados de recuperação em período de *workout* suficiente para

capturar pelo menos 90% do fluxo de recuperação observado e dos clientes após o momento do descumprimento. No processo de atribuição do parâmetro de LGD para cada um dos clientes dentro da instituição são levados em consideração possíveis fatores que mitiguem as potenciais perdas futuras a fim de obter um valor justo desse parâmetro, essas mitigações estão em cumprimento com o estabelecido pela Resolução 303.

Em adição aos modelos de parâmetros, a carteira do agro tem um conjunto de modelos que são utilizados para ordenação e classificação do risco das diferentes contrapartes (modelos de *Risk Rating* e *Behavior Score*), baseados no porte da contraparte, no nicho de atuação e na estratégia comercial do segmento.

Os modelos utilizados no processo de concessão são desenvolvidos pela área de modelagem em parceria com a área de análise de crédito, com base nas informações das demonstrações financeiras dos clientes, no seu histórico de comportamento com a instituição e no mercado, na avaliação do seu processo de gestão e governança através de dados internos, de *bureaus* e informações de mercado. Esses modelos atribuem uma classificação de crédito (*rating/escore*) para cada um dos credores permitindo segregar clientes de baixíssimo risco daqueles de risco mais alto dentro de uma classificação interna. A partir desta classificação interna são atribuídos os parâmetros de riscos que serão utilizados no processo de mensuração e gestão do risco e consequentemente de estimação do capital segundo metodologia definida pelo Banco Central na Resolução BCB 303.

Cada um dos modelos listados acima passa por uma governança de aprovação que envolve a área desenvolvedora do modelo e a área de validação independente. A área desenvolvedora se encontra em uma estrutura segregada da área de validação de modo a garantir a independência na atuação. A deliberação sobre a aprovação ou não do modelo é feita no Comitê Técnico de Avaliação de Modelos onde são apresentadas as informações sobre o modelo como escopo, definição de uso, replicabilidade, estabilidade, aderência, discriminação e por fim, o parecer da área de validação. Após esse processo, o modelo ainda está sujeito a avaliações periódicas anuais a fim de definir se existe ou não necessidade de ajustes no mesmo. Esse monitoramento é realizado pela área de validação independente e seus resultados poderão ser encontrados na tabela CR9 deste relatório. De forma complementar, as equipes de risco operacional e auditoria interna avaliam a aderência dos modelos em relação aos aspectos normativos da própria Resolução nº 303 do BCB.

EAD (em %)	EAD coberto pelas variadas abordagens		
	Abordagem Padronizada	IRB Básica	IRB Avançada
Agro	0%	0%	100%
Atacado	0%	0%	100%
Varejo	0%	0%	100%

Carteira	Componente do modelo	Número de modelos	Descritivo
Agro	PD	1	Modelo utilizado para a mensuração da probabilidade da ocorrência de descumprimento em cada uma das classificações.
	EAD	1	Modelo utilizado para a atribuição do saldo no momento do descumprimento.
	LGD	1	Modelo que determina a parcela do EAD que não será recuperado.

Carteira	Modelo	RWA <sub>CIRB</sub> (%)
Agro	PD	100%
	EAD	100%
	LGD	100%

<sup>1</sup>Deduzem-se das recuperações econômicas os custos necessários para reaver os valores como, por exemplo, tarifas legais e despesas de cobrança.

**CR6: IRB - Exposições ao risco de crédito por carteira e intervalos de PD <sup>(1)(2)</sup>**

## Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Em R\$ milhões

30/06/2024

Carteira	Intervalos de PD (em %)	Exposições registradas no ativo da instituição	Exposições não registradas no ativo da instituição (pré FCC)	Fator de Conversão em Crédito (FCC) - média	Exposição no Momento do Descumprimento (EAD) após a utilização de instrumentos mitigadores e aplicação do FCC	Probabilidade de Descumprimento (PD) - média	Número de contrapartes	Perda Dado o Descumprimento (LGD) - média	Prazo médio das exposições	RWA modelos internos	Densidade RWAcirb	Perdas Esperadas (EL)	Provisões
<b>Atacado, excluindo recebíveis financeiros de atacado e a subcategoria "empreendimento imobiliário gerador de receita" - Abordagem IRB avançada</b>													
	de 0,00 a <0,15	16.324	752	47,45%	16.681	0,06%	59	48,80%	2,8	4.569	27,39%	5	
	de 0,15 a <0,25	8.196	764	59,83%	8.653	0,17%	144	51,22%	2,5	3.907	45,15%	8	
	de 0,25 a <0,50	28.255	2.059	44,18%	29.165	0,36%	873	46,09%	2,2	16.013	54,90%	49	
	de 0,50 a <0,75	16.812	611	50,87%	17.123	0,57%	816	44,45%	2,2	11.225	65,55%	44	
	de 0,75 a <2,50	21.773	1.440	24,29%	22.123	1,24%	2.123	38,82%	2,1	15.857	71,67%	106	
	de 2,50 a <10,00	1.836	157	14,06%	1.858	4,32%	270	39,82%	1,9	1.982	106,67%	31	
	de 10,00 a <100,00	885	42	14,22%	891	30,64%	126	33,21%	2,2	1.386	155,54%	94	
	100,00 (Descumprimento)	694	11	10,00%	695	100,00%	136	40,08%	2,3	1.343	193,23%	279	
	<b>Subtotal</b>	<b>94.775</b>	<b>5.837</b>	<b>41,35%</b>	<b>97.189</b>	<b>1,59%</b>	<b>4.547</b>	<b>44,79%</b>	<b>2,3</b>	<b>56.283</b>	<b>57,91%</b>	<b>615</b>	<b>267</b>
<b>Demais exposições de varejo, excluindo recebíveis financeiros de varejo - Abordagem IRB avançada</b>													
	de 0,00 a <0,15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	de 0,15 a <0,25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	de 0,25 a <0,50	1	-	-	1	0,42%	3	53,89%	1,0	-	35,46%	-	-
	de 0,50 a <0,75	-	-	-	-	0,57%	1	53,88%	1,0	-	41,85%	-	-
	de 0,75 a <2,50	1	-	-	1	1,32%	6	53,89%	1,0	1	59,31%	-	-
	de 2,50 a <10,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	de 10,00 a <100,00	1	-	-	1	60,12%	2	53,88%	1,0	1	126,66%	-	-
	100,00 (Descumprimento)	-	-	-	-	100,00%	1	53,89%	1,0	-	88,12%	-	-
	<b>Subtotal</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>15,40%</b>	<b>13</b>	<b>53,88%</b>	<b>1,0</b>	<b>2</b>	<b>67,10%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Carteira Agro</b>													
	de 0,00 a <0,15	16.324	752	47,45%	16.681	0,06%	59	48,80%	2,8	4.569	27,39%	5	
	de 0,15 a <0,25	8.196	764	59,83%	8.653	0,17%	144	51,22%	2,5	3.907	45,15%	8	
	de 0,25 a <0,50	28.255	2.059	44,18%	29.165	0,36%	876	46,09%	2,2	16.013	54,90%	49	
	de 0,50 a <0,75	16.812	611	50,87%	17.123	0,57%	817	44,45%	2,2	11.226	65,55%	44	
	de 0,75 a <2,50	21.774	1.440	24,29%	22.124	1,24%	2.129	38,82%	2,1	15.858	71,67%	106	
	de 2,50 a <10,00	1.836	157	14,06%	1.858	4,32%	270	39,82%	1,9	1.982	106,67%	31	
	de 10,00 a <100,00	886	42	14,22%	892	30,66%	128	33,22%	2,2	1.387	155,52%	94	
	100,00 (Descumprimento)	694	11	10,00%	695	100,00%	137	40,08%	2,3	1.343	193,22%	279	
	<b>Total Carteira</b>	<b>94.778</b>	<b>5.837</b>	<b>41,35%</b>	<b>97.192</b>	<b>1,59%</b>	<b>4.560</b>	<b>44,79%</b>	<b>2,3</b>	<b>56.285</b>	<b>57,91%</b>	<b>615</b>	<b>267</b>

1) Excluídas as operações sujeitas a risco de crédito da contraparte, de acordo com a Instrução Normativa BCB nº 425.  
2) Considera RWAmoделos internos.

**CR7: IRB - Efeitos da utilização de derivativos de crédito como instrumentos mitigadores do risco de crédito** <sup>(1)(2)</sup>

Em R\$ milhões	30/06/2024	
	RWACIRB antes da utilização de derivativo de crédito	RWACIRB após a utilização de derivativo de crédito
Instituições financeiras - Abordagem IRB básica	-	-
Atacado, excluindo recebíveis financeiros de atacado e a subcategoria "empreendimento imobiliário gerador de receita" - Abordagem IRB básica	-	-
Atacado, excluindo recebíveis financeiros de atacado e a subcategoria "empreendimento imobiliário gerador de receita" - Abordagem IRB avançada	56.283	56.283
Empreendimento imobiliário gerador de receita - Abordagem IRB básica	-	-
Empreendimento imobiliário gerador de receita - Abordagem IRB avançada	-	-
Recebíveis financeiros de atacado - Abordagem IRB básica	-	-
Recebíveis financeiros de atacado - Abordagem IRB avançada	-	-
Crédito rotativo de varejo qualificado - Abordagem IRB avançada	-	-
Residencial - Abordagem IRB avançada	-	-
Demais exposições de varejo, excluindo recebíveis financeiros de varejo - Abordagem IRB avançada	2	2
Recebíveis financeiros de varejo - Abordagem IRB avançada	-	-
<b>Total</b>	<b>56.285</b>	<b>56.285</b>
Do qual: unidade de negócio de crédito rural	56.285	56.285

1) Excluídas as operações sujeitas a risco de crédito da contraparte, de acordo com a Instrução Normativa BCB nº 425.

2) Considera RWAmodeos internos.

**CR8: Informações sobre as variações no RWAC<sub>IRB</sub>(1)(2)**

Em R\$ milhões	Valores de RWA
<b>RWA no final do período anterior (31/03/2024)</b>	<b>52.891</b>
Montante dos ativos	4.371
Qualidade dos ativos	(1.576)
Atualizações dos modelos	-
Metodologia e regulação	-
Aquisições e alienações	-
Flutuações de taxas de câmbio	600
Outros	-
<b>RWA no final do período (30/06/2024)</b>	<b>56.285</b>

1) Excluídas as operações sujeitas a risco de crédito da contraparte, de acordo com a Instrução Normativa BCB nº 425.

2) Considera RWAmodeos internos.

**Risco de Crédito de Contraparte****CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)**

O risco de crédito de contraparte é a possibilidade de não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações, que envolvam a negociação de ativos financeiros com risco bilateral. Abrange instrumentos financeiros derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos e operações compromissadas.

O Itaú Unibanco possui regras bem definidas para o cálculo da exposição gerencial e regulatória a este risco, sendo os modelos desenvolvidos utilizados tanto para a governança de consumo de limites e gestão de sublimites das contrapartes, como para a alocação de capital, respectivamente.

A volatilidade gerencial do risco de crédito potencial (RCP) de derivativos (interpretado como o valor da exposição financeira potencial que uma operação pode alcançar até o seu vencimento) e a volatilidade de contratos de compromissadas e operações de câmbio são monitoradas periodicamente para manter a exposição em níveis considerados aceitáveis pela administração da instituição.

O risco pode ser mitigado com a utilização de chamada de margem, *initial margin* ou outro instrumento mitigador.

Atualmente, o Itaú Unibanco não tem impacto no montante de colaterais a serem empenhados no caso de rebaixamento da sua classificação de crédito. A seguir são apresentadas as exposições regulatórias ao risco de crédito de contraparte.

**CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada**

Em R\$ milhões						30/06/2024
	Valor de reposição	Ganho potencial futuro	Multiplicador empregado no cômputo da exposição	Exposição total pós-mitigação	RWA	
Abordagem SA-CCR	15.703	10.727	1,4	37.001	25.273	
Abordagem CEM	-	-		-	-	
Abordagem Simples - mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)				-	-	
Abordagem Abrangente - mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)				655.937	6.273	
<b>Total</b>						<b>31.546</b>

**CCR3: Abordagem padronizada – segregação de exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco**

Em R\$ milhões											30/06/2024	
Contraparte	Fator de ponderação de risco (FPR)									Total		
	0%	10%	20%	50%	65%	85%	100%	150%	Outros			
Governos centrais e respectivos bancos centrais	222.345	-	147	-	-	-	-	-	-	-	222.492	
Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	1	-	-	-	9	-	-	-	-	-	10	
Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	76.588	-	1.462	363	-	-	15	643	7.232	-	86.303	
Pessoas jurídicas não financeiras	351.015	-	-	-	9.808	2.522	18.220	-	-	-	381.565	
Outras contrapartes	485	-	-	-	-	-	2.001	81	1	-	2.568	
<b>Total</b>	<b>650.434</b>	<b>-</b>	<b>1.609</b>	<b>363</b>	<b>9.817</b>	<b>2.522</b>	<b>20.236</b>	<b>724</b>	<b>7.233</b>	<b>-</b>	<b>692.938</b>	

Nas tabelas CCR1 e CCR3 houve aumento em Pessoas Jurídicas não financeiras, conjugado com queda em Governos Centrais, concentrado em operações compromissadas.

**CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte**

Em R\$ milhões 30/06/2024

	Colaterais financeiros associados a operações com derivativos				Colaterais financeiros associados a operações compromissadas e de empréstimo de ativos	
	Valor justo dos colaterais constituídos pela contraparte em favor da instituição		Valor justo dos colaterais constituídos pela instituição em favor da contraparte		Valor justo dos colaterais constituídos pela contraparte em favor da instituição	Valor justo dos colaterais constituídos pela instituição em favor da contraparte
	Apartados	Não apartados	Apartados	Não apartados		
Depósitos – moeda nacional	-	-	-	-	384.531	239.259
Depósitos – outras moedas	-	8.151	35	5.448	7.408	9.278
Título públicos federais	-	-	12.252	-	238.303	355.227
Títulos emitidos por outros governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais	-	-	20.300	-	4.007	8.318
Títulos privados	-	-	17.517	-	450	32.256
Ações	-	-	-	-	-	466
Outros colaterais	-	-	102	-	-	17
<b>Total</b>	-	<b>8.151</b>	<b>50.206</b>	<b>5.448</b>	<b>634.699</b>	<b>644.821</b>

Aumento nos colaterais recebidos associados a operações compromissadas e derivativos, além disso, houve aumento em colaterais entregues associado a compromissadas conjugado com queda em derivativos.

**CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito**

Em R\$ milhões 30/06/2024

	Risco transferido	Risco recebido
<b>Valor Nocional</b>		
Swap de crédito referenciado ao descumprimento de uma única entidade (Single-name CDS)	16.897	25.340
Swap de crédito referenciado ao descumprimento de mais de uma entidade	4.058	56
Swaps de taxa de retorno total		30.966
<b>Valor de nocional total</b>	<b>20.955</b>	<b>56.362</b>
<b>Valor justo</b>	<b>64</b>	<b>(115)</b>
Valor justo positivo (ativo)	170	211
Valor justo negativo (passivo)	(106)	(326)



**CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais**

Em R\$ Milhões	30/06/2024	
	Exposição após mitigação	RWA
<b>Exposições a QCCPs (total)</b>		3.083
Exposições associadas a operações a serem liquidadas em QCCPs, das quais:	9.935	308
(i) Derivativos de balcão	-	-
(ii) Derivativos padronizados	9.760	304
(iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	175	4
(iv) Demais operações	-	-
Colaterais financeiros constituídos, exceto como margem de variação, prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das QCCPs	-	
Colaterais financeiros constituídos, exceto como margem de variação, que não sejam prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das QCCPs	9.699	2.744
Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	120	31
Participação em fundo de garantia mutualizado, contingente e futuro, passível de ser exigido por QCCPs	-	-
<b>Exposições a CCPs não qualificadas (total)</b>		-
Exposições associadas a operações liquidadas em CCPs não qualificadas, das quais:	-	-
(i) Derivativos de balcão	-	-
(ii) Derivativos padronizados	-	-
(iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	-	-
(iv) Demais operações	-	-
Participação em fundos de garantia mutualizados contingente e futuro passíveis de serem exigidos por QCCPs	-	
Colaterais financeiros constituídos, exceto como margens de variação, que não sejam prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das CCPs não qualificadas	-	-
Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	-	-
Participação em fundo de garantia mutualizado, contingente e futuro, passível de ser exigido por QCCPs	-	-

Aumento nas exposições de derivativos padronizados, associado a operações a serem liquidadas em QCCP's.

## **Exposições de Securitização**

### **SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização**

Atualmente, o Itaú Unibanco coordena e distribui emissões de valores mobiliários securitizados no mercado de capitais com ou sem garantia firme de colocação. Em caso de exercer a garantia firme o banco assumirá o risco como investidor da operação.

O Itaú Unibanco também se coloca na posição de investidor, onde a instituição adquire as operações com classes de priorização, sênior, mezanino ou subordinada, dos veículos emissores. O processo de decisão de investimento perpassa por diversos fatores, incluindo análise de risco dos ativos subjacentes, perfil de risco dos ativos, retorno atribuído às emissões, mecanismos de subordinação, entre outros.

O Itaú Unibanco não atua como contraparte patrocinadora de nenhuma sociedade de propósito específico com o objetivo de atuar no mercado de securitização, tampouco administra entidades que adquirem títulos de securitização de sua própria emissão/originação.

Em relação à contabilização, cabe observar que (i) os ativos representativos de securitizações de terceiros são contabilizados assim como os demais ativos de titularidade do banco, conforme normas contábeis brasileiras; (ii) e os créditos de securitizações originados da carteira própria do Itaú Unibanco permanecem contabilizados nos casos de cessão de crédito com coobrigação.

No ano de 2024, o Itaú Unibanco não realizou a venda de ativos de securitização de crédito sem retenção substancial de riscos e não cedeu exposições com retenção substancial de riscos, que tenham sido honradas, recompradas ou baixadas para prejuízo.

**SEC1: Exposições de securitização classificadas na carteira bancária**

Em R\$ milhões	30/06/2024								
	Instituição financeira - posições retidas			Instituição financeira - como patrocinadora			Instituição financeira - como investidora		
	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal
<b>Varejo (total), das quais:</b>	-	-	-	-	-	-	11.009	-	11.009
imobiliário residencial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
cartão de crédito	-	-	-	-	-	-	3.155	-	3.155
outras	-	-	-	-	-	-	7.854	-	7.854
ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Atacado (total), das quais:</b>	-	-	-	-	-	-	4.530	-	4.530
demais pessoas jurídicas, exceto exposições de varejo	-	-	-	-	-	-	4.530	-	4.530
imobiliário comercial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
arrendamento mercantil e recebíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-

**SEC2: Exposições de securitização classificadas na carteira de negociação**

Na carteira atual de securitização do Itaú Unibanco não há exposições a serem reportadas na tabela SEC2.

**SEC3: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como originadora ou patrocinadora**

Na carteira atual de securitização do Itaú Unibanco não há exposições a serem reportadas na tabela SEC3.

**SEC4: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como investidora**

Em R\$ milhões	30/06/2024											
	Valores das exposições (por faixa de FPR)					Valor agregado das exposições			RWA		Requerimento de capital	
	≤20%	20% < FPR < 50%	50% ≤ FPR < 100%	100% ≤ FPR < 1.250%	1250%	Abordagem Padronizada	1250%	Abordagem Padronizada	1250%	Abordagem Padronizada	1250%	
<b>Exposições totais</b>	-	10.532	2.638	2.368	-	15.539	-	7.568	-	605	-	
<b>Securitização tradicional, da qual:</b>	-	10.532	2.638	2.368	-	15.539	-	7.568	-	605	-	
Securitização:	-	10.532	2.638	2.368	-	15.539	-	7.568	-	605	-	
com ativos subjacentes de varejo	-	6.053	2.590	2.366	-	11.009	-	6.397	-	511	-	
com ativos subjacentes, exceto varejo	-	4.479	48	2	-	4.530	-	1.171	-	94	-	
Ressecuritização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Securitização sintética, da qual:</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Securitização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
com ativos subjacentes de varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
com ativos subjacentes, exceto varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ressecuritização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

## Risco de Mercado

### MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*), conforme estabelecido pelo CMN. Os índices de preços também são tratados como um grupo de fator de risco.

A Política institucional de risco de mercado encontra-se aderente à Resolução 4.557 e estabelece a estrutura de gestão e controle de risco de mercado, que tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do Itaú Unibanco;
- Promover o diálogo disciplinado e bem-informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do Itaú Unibanco, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

A gestão de risco de mercado segue a segregação das operações em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN 4.557 e Resolução BCB N° 111 e alterações posteriores. A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação. Já a carteira bancária caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição, realizadas sem a intenção de negociação e com horizonte de tempo de médio e longo prazos.

A gestão do risco de mercado é realizada com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (VaR): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;

- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado (“*MtM – Mark to Market*”); e
- VaR Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de VaR, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira de negociação atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (*GAPS*): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (*Gregas*): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

Buscando o enquadramento das operações nos limites definidos, o Itaú Unibanco realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedge*, e podem se caracterizar como *hedge* contábil ou econômico, ambos regidos por normativos institucionais no Itaú Unibanco.

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do CA, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição.

O consumo dos limites de risco de mercado é monitorado e divulgado diariamente através de mapas de exposição e sensibilidade. A área de risco de mercado analisa e controla a aderência destas exposições aos limites e alertas e os reporta tempestivamente para as mesas da Tesouraria e demais estruturas previstas na governança.

O Itaú Unibanco utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre em ambientes com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

**MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado**

Em R\$ milhões	30/06/2024
<b>Fatores de risco</b>	<b>RWA<sub>MPAD</sub></b>
<b>Taxas de juros</b>	<b>41.200</b>
Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWA <sub>JUR1</sub> )	3.018
Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWA <sub>JUR2</sub> )	23.409
Taxas dos cupons de índices de preço (RWA <sub>JUR3</sub> )	14.773
Taxas dos cupons de taxas de juros (RWA <sub>JUR4</sub> )	-
<b>Preços de ações (RWA<sub>ACS</sub>)</b>	<b>1.113</b>
<b>Taxas de câmbio (RWA<sub>CAM</sub>)</b>	<b>1.844</b>
<b>Preços de mercadorias (commodities) (RWA<sub>COM</sub>)</b>	<b>3.784</b>
<b>Total <sup>(1)</sup></b>	<b>49.413</b>

1) Considera a parcela de RWA<sub>Acva</sub> de R\$1.472, conforme descrito na Resolução BCB 4.958/21.

Na comparação com Março/24, a métrica do Modelo Padronizado (RWA<sub>MPAD</sub>) permaneceu estável, tendo seu efeito compensado pelo aumento nas exposições a cupom de moedas e cupom de inflação e pela redução nas taxas de juros prefixadas, ações e câmbio.

Em atendimento ao disposto na Resolução BCB N° 111, informamos que foi realizada a reclassificação de R\$ 9 milhões de debêntures da carteira de negociação para carteira bancária no trimestre atual.

**MRB: Informações qualitativas sobre o risco de mercado na abordagem de modelos internos**

Na abordagem de modelos internos são utilizados os modelos de VaR e VaR estressado. Esses modelos são aplicados sobre as operações em Carteira de Negociação e Carteira Bancária. Para a Carteira de Negociação, os fatores de risco considerados são: taxas de juros, índices de inflação, taxas de câmbio, ações e commodities. Já para a Carteira Bancária, são consideradas taxas de câmbio e commodities. Os modelos de VaR e VaR estressado são utilizados nas empresas do Conglomerado Prudencial apresentadas na tabela a seguir:

Instituição	Modelo utilizado para risco de mercado
A1 Hedge Orange Master Fundo de Investimento Multimercado	VaR e VaR Estressado
Aj Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	VaR e VaR Estressado
Banco Investcred Unibanco S.A.	VaR e VaR Estressado
Banco Itaú Chile	VaR e VaR Estressado
Banco Itaú Consignado S.A.	VaR e VaR Estressado
Banco Itaú Veículos S.A.	VaR e VaR Estressado
Banco ItauBank S.A.	VaR e VaR Estressado
Banco Itaucard S.A.	VaR e VaR Estressado
Cloudwalk Kick Ass I Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios	VaR e VaR Estressado
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	VaR e VaR Estressado
FIDC B2cycle NPL	VaR e VaR Estressado
FIDC Cloudw Akira I	VaR e VaR Estressado
FIDC Orange NP	VaR e VaR Estressado
FIDC Sumup Solo	VaR e VaR Estressado
FIDC Tangerina	VaR e VaR Estressado
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	VaR e VaR Estressado
Fundo A1 Hedge Orange Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	VaR e VaR Estressado
Fundo De Invest Dir Creditórios Não Padron NPL II	VaR e VaR Estressado
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IA	VaR e VaR Estressado
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Soul	VaR e VaR Estressado
Fundo Fortaleza de Investimento Imobiliário	VaR e VaR Estressado
Fundo Kinea Ações	VaR e VaR Estressado
Fundo Kinea Ventures	VaR e VaR Estressado
Hipercard Banco Múltiplo S.A.	VaR e VaR Estressado
Ideal Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	VaR e VaR Estressado
Ideal Holding Financeira S.A.	VaR e VaR Estressado
Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	VaR e VaR Estressado
Iresolve Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	VaR e VaR Estressado
Itaú Administradora de Consórcios Ltda.	VaR e VaR Estressado
Itaú Administradora de Fondos de Inversión S.A	VaR e VaR Estressado
Itaú Bank & Trust Bahamas Ltd.	VaR e VaR Estressado
Itaú Bank & Trust Cayman Ltd.	VaR e VaR Estressado
Itaú Bank, Ltd.	VaR e VaR Estressado
Itaú BBA Trading S.A.	VaR e VaR Estressado
Itaú BBA USA Securities Inc.	VaR e VaR Estressado
Itaú Chile New York Branch.	VaR e VaR Estressado
Itaú Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	VaR e VaR Estressado
Itaú Corredores de Bolsa Limitada	VaR e VaR Estressado
Itaú Corretora de Valores S.A.	VaR e VaR Estressado
Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	VaR e VaR Estressado
Itaú Kinea Private Equity Multimercado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Crédito Privado	VaR e VaR Estressado
Itaú Unibanco Holding S.A.	VaR e VaR Estressado
Itaú Unibanco Holding S.A., Grand Cayman Branch	VaR e VaR Estressado
Itaú Unibanco S.A.	VaR e VaR Estressado
Itaú Unibanco S.A., Nassau Branch	VaR e VaR Estressado
Itaú Unibanco Veículos Administradora de Consórcios Ltda.	VaR e VaR Estressado
ITB Holding Ltd.	VaR e VaR Estressado
Kinea Ações Fundo de Investimento em Ações	VaR e VaR Estressado
Kinea CO-investimento Fundo de Investimento Imobiliário	VaR e VaR Estressado
Kinea Equity Infra I Warehouse Feeder MM Ficfi CP	VaR e VaR Estressado
Kinea I Private Equity FIP Multiestrategia	VaR e VaR Estressado
Kinea Juros e Moeda CDI Institucional Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimentos Multimercado	VaR e VaR Estressado
Kinea Juros e Moeda Ipca Institucional Fundo de Investimento Em Cotas de Fundo de Investimentos Multimercado	VaR e VaR Estressado
KINEA JUROS E MOEDAS CDI INSTIT FIF MM RESP LTDA	VaR e VaR Estressado
Kinea Juros e Moedas CDI Institucional FIF CIC Mult Resp Limitada	VaR e VaR Estressado
Kinea KP Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	VaR e VaR Estressado

Kinea Nepal FIF - Classe de Investimento Em Cotas Multimercado Crédito Privado Responsabilidade Limitada	VaR e VaR Estressado
Kinea Nepal FIF Multimercado Crédito Privado - Responsabilidade Limitada	VaR e VaR Estressado
Kinea Sigma FIF Mult - Res Ltda	VaR e VaR Estressado
Licania Fund Limited	VaR e VaR Estressado
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	VaR e VaR Estressado
Microinvest S.A. Soc. de Crédito a Microempreendedor	VaR e VaR Estressado
Oitii Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	VaR e VaR Estressado
Pont Sociedad Anónima	VaR e VaR Estressado
Redecard Instituição de Pagamento S.A.	VaR e VaR Estressado
Redecard Sociedade de Crédito Direto S.A	VaR e VaR Estressado
RT Itaú DJ Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	VaR e VaR Estressado
RT Scala Renda Fixa - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento	VaR e VaR Estressado
Tarumã Fundo Incentivado de Investimento em Debêntures de Infraestrutura Renda Fixa Crédito Privado	VaR e VaR Estressado

O Itaú Unibanco, para fins regulatórios, utiliza a metodologia de simulação histórica para o cálculo do VaR e VaR Estressado. Essa metodologia utiliza os retornos observados no passado para calcular os ganhos e perdas de uma carteira ao longo do tempo, com um intervalo de confiança de 99% e um horizonte de manutenção (*holding period*) de no mínimo 10 dias. No dia 30/06/2024, o VaR representou 54% do requerimento de capital, enquanto o VaR Estressado representou 46%. A mesma metodologia é utilizada para fins gerenciais, ou seja, não existem diferenças entre os modelos gerenciais e regulatórios.

Em relação ao modelo de VaR, os retornos históricos são atualizados diariamente. O Itaú Unibanco utiliza no seu modelo de VaR tanto a abordagem sem ponderação, na qual os dados históricos têm o mesmo peso, quanto com ponderação pela volatilidade dos retornos. Para o cálculo de volatilidades, é utilizado o método de alisamento exponencial. A metodologia de VaR Histórico com períodos de manutenção de 10 dias assume que a distribuição esperada para as perdas e ganhos possíveis para a carteira pode ser estimada a partir do comportamento histórico dos retornos dos fatores de risco de mercado a que esta carteira está exposta. Os retornos observados no passado são aplicados às operações atuais, gerando uma distribuição de probabilidade de perdas e ganhos simulados que são utilizados para estimar o VaR Histórico, de acordo com o nível de confiança de 99% e utilizando um período histórico de 1.000 dias. As perdas e ganhos das operações lineares são calculados através da multiplicação da marcação a mercado pelos retornos, enquanto as operações não lineares são recalculadas usando os retornos históricos. Os retornos utilizados nas simulações dos movimentos dos fatores de risco são relativos.

Já em relação ao modelo de VaR Estressado, o cálculo é realizado para um horizonte temporal de 10 dias úteis, considerando-se o nível de confiança de 99% e retornos simples no período histórico de um ano. O período histórico de estresse é calculado periodicamente para o período desde 2004 e pode ser revisto sempre que se julgar necessário. Isso pode ocorrer quando a composição das carteiras do Itaú Unibanco sofrer uma alteração significativa, quando forem observadas mudanças nos resultados da simulação dos retornos históricos ou quando acontecer uma nova crise de mercado. As perdas e ganhos das operações lineares são calculados através da multiplicação da marcação a mercado pelos retornos, enquanto as operações não lineares são recalculadas usando os retornos históricos.

Além do uso do VaR, o Itaú Unibanco realiza diariamente análises de risco em cenários extremos por meio de um arcabouço diversificado de testes de estresse, a fim de capturar as potenciais perdas significativas em situações extremas de mercado. Os cenários são baseados em crises históricas, prospectivas e em choques pré-determinados nos fatores de risco. Um fator que tem grande influência sobre o resultado dos testes, por exemplo, é a correlação entre os ativos e respectivos fatores de risco, e este efeito é simulado de várias maneiras nos diversos cenários testados.

A fim de identificar seus maiores riscos e auxiliar na tomada de decisão da tesouraria e da alta administração, os resultados dos testes de estresse são avaliados por fatores de risco, bem como de forma consolidada.

A eficácia do modelo de VaR é comprovada pelo teste de aderência, através da comparação de perdas e ganhos diários hipotéticos e efetivos, com o VaR diário estimado, de acordo com a Circular BACEN 3.646. O número de exceções dos limites estabelecidos de VaR deve ser compatível, dentro de uma margem estatística aceitável, com



três intervalos de confiança distintos (99%, 97,5% e 95%) em três janelas históricas distintas (250, 500 e 750 dias úteis). Com isso contempla 9 amostras diferentes, garantindo a qualidade estatística da hipótese de VaR histórico.

O Itaú Unibanco possui um conjunto de processos, executados periodicamente pelas equipes de controles internos, cujo objetivo é replicar de forma independente as métricas que sensibilizam o capital de risco de mercado por modelos internos. Além dos resultados dos processos periódicos, o Itaú Unibanco avalia o processo de mensuração dos horizontes temporais por fatores de risco e a estimativa do período de estresse para o cálculo do VaR estressado. A validação do modelo interno inclui diversos tópicos considerados essenciais para a análise crítica do modelo, como por exemplo, a avaliação das limitações do modelo, a adequação dos parâmetros usados na estimativa de volatilidade e a abrangência a confiabilidade dos dados de entrada.

## MR2: Informações sobre as variações do $RWA_{MINT}$

### Exposições sujeitas a risco de mercado

A tabela a seguir mostra as exposições sujeitas a risco de mercado na abordagem de modelos internos, para apuração do requerimento de capital.

Em R\$ milhões	VaR	VaR estressado	Outros	$RWA_{MINT}$ total
<b>RWAMINT em 31/03/2024</b>	<b>8.296</b>	<b>7.738</b>	<b>3.523</b>	<b>19.557</b>
Mudanças nos níveis de risco	262	(112)	-	150
Atualizações e mudanças no modelo interno	-	-	-	-
Metodologia e regulação	-	-	-	-
Aquisições e vendas	-	-	-	-
Mudanças nas taxas de câmbio	(900)	(1.066)	-	(1.966)
Outros	-	-	1.092	1.092
<b>RWAMINT em 30/06/2024</b>	<b>7.658</b>	<b>6.560</b>	<b>4.615</b>	<b>18.833</b>

O  $RWA_{MINT}$  caiu em relação ao trimestre anterior devido à menor exposição a mudanças nas taxas de câmbio.

**MR3: Valores dos modelos internos de risco de mercado**

A tabela a seguir mostra os valores de VaR e VaR estressado apurados pelos modelos internos de risco de mercado.

Em R\$ milhões	30/06/2024
<b>VaR (10 dias, 99%)</b>	
Máximo	294
Médio	197
Mínimo	143
Final do trimestre	187
<b>VaR estressado (10 dias, 99%)</b>	
Máximo	291
Médio	175
Mínimo	126
Final do trimestre	170

O VaR e o VaR estressado diminuíram em relação ao trimestre anterior devido à redução da exposição em taxas de juros.

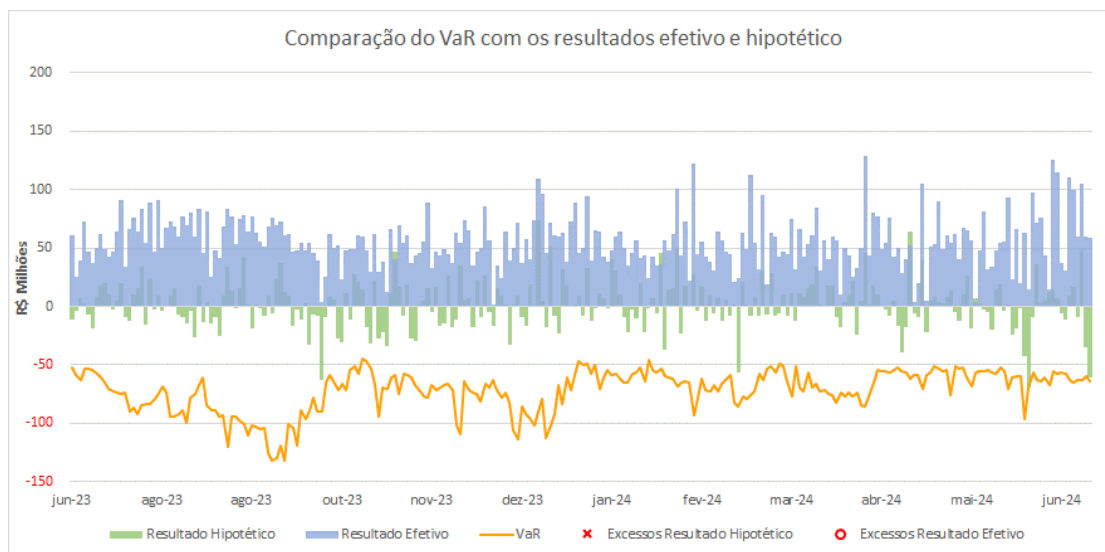
**MR4: Comparação das estimativas do VaR com os resultados efetivo e hipotético****Teste de Aderência**

A eficácia do modelo de VaR é comprovada pelo teste de aderência, através da comparação de perdas e ganhos diários hipotéticos e efetivos com o VaR diário. O VaR diário é calculado para um horizonte de manutenção de um dia, de acordo com o nível de confiança de 99% e utilizando um período histórico de 1.000 dias. O percentual de requerimento de capital associado a este modelo é de 100%.

As análises do teste de aderência apresentadas abaixo consideram as faixas sugeridas pelo Comitê de Basileia de Supervisão Bancária. Essas faixas dividem-se em:

- Verde (0 a 4 exceções): os resultados do teste de aderência que não sugerem problemas com a qualidade ou a precisão dos modelos adotados;
- Amarela (5 a 9 exceções): faixa intermediária. Sinaliza a necessidade de atenção por meio do monitoramento ou possibilidade de revisão dos modelos adotados; e
- Vermelha (10 ou mais exceções): há necessidade de uma ação de melhoria.

O gráfico a seguir mostra a comparação entre o VaR e os resultados efetivo e hipotético:



Em relação aos resultados hipotético e efetivo, não houve exceção.

Os resultados efetivos não incluem tarifas, corretagens e comissões. Não existem reservas de resultado.

### Total da Exposição Associada a Instrumentos Financeiros Derivativos

As posições em derivativos têm como principal função gerir os riscos das carteiras de negociação e bancária nos respectivos fatores de risco.

### Derivativos: Carteira de Negociação e Carteira Bancária

Em R\$ milhões

30/06/2024

Fatores de Risco	Com Contraparte Central				Sem Contraparte Central			
	Brasil		Exterior		Brasil		Exterior	
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	76.336	(246.166)	20.221	(27.018)	132.183	(181.625)	92.546	(104.402)
Taxas de Câmbio	197.782	(169.360)	91.959	(85.020)	27.698	(65.020)	453.999	(449.590)
Ações	9.346	(7.785)	6.646	(1.329)	4.669	(6.337)	1.115	(905)
Commodities	601	(1.057)	83	(1.747)	260	(147)	-	-

### **IRRBBA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB**

A Circular BACEN nº 3.876, publicada em janeiro de 2018, dispõe sobre metodologias e procedimentos para a avaliação da suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*).

Para fins desta Circular, definem-se:

- $\Delta$ EVE (Delta *Economic Value of Equity*) como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;
- $\Delta$ NII (Delta *Net Interest Income*) como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

As análises de sensibilidade da carteira bancária aqui apresentadas são uma avaliação estática da exposição da carteira e, portanto, não consideram a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras do risco, sempre que uma situação de perda ou risco elevado é identificada, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis ou econômicos, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pelo Itaú Unibanco.

A instituição utiliza a metodologia interna para mensuração de  $\Delta$ EVE e  $\Delta$ NII. Os valores apurados para o  $\Delta$ EVE não representam impacto imediato ao patrimônio líquido, enquanto que  $\Delta$ NII indica potencial volatilidade aos resultados projetados considerando as premissas dos modelos.

Em cumprimento da circular, estão discriminadas abaixo as informações qualitativas e quantitativas acerca do gerenciamento de risco relativo ao IRRBB no Itaú Unibanco.

#### **Estrutura e tratamento**

O risco de taxa de juros da carteira bancária refere-se ao risco potencial de impacto na suficiência de capital e/ou nos resultados de intermediação financeira devido a movimentos adversos das taxas de juros, considerando os fluxos relevantes dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O principal objetivo da gestão de ativos e passivos é maximizar a relação entre retorno e risco das posições contidas na carteira bancária, levando em conta o valor econômico dos ativos/passivos e os impactos nos resultados do exercício e nos resultados futuros.

O processo de gerenciamento do risco de taxa de juros das operações classificadas na carteira bancária ocorre dentro da governança e hierarquia de órgãos colegiados e de uma estrutura de limites e alertas aprovada especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado.

A estrutura de gerenciamento do IRRBB possui políticas e controles de risco que visam a garantir a adequação ao apetite de risco da instituição. O *framework* do IRRBB possui limites gerenciais granulares para diversas métricas de risco e limites consolidados de  $\Delta$ EVE e  $\Delta$ NII e limites associados a testes de estresse.

A unidade de gerenciamento de ativos e passivos é responsável pela gestão dos descasamentos entre fluxos ativos e passivos por faixa de prazos e atua na mitigação do risco de taxa de juros por meio de estratégias de hedge econômico e de hedge contábil.

Todos os modelos associados ao IRRBB possuem um processo robusto de validação independente e seus modelos são aprovados pela CTAM (Comissão Técnica de Avaliação de Modelos). Além disso, todos os modelos e processos são avaliados pela auditoria interna.

O *framework* de risco de taxas de juros da carteira bancária possui medidas de risco gerenciais que são calculadas diariamente para o controle de limites. As métricas de  $\Delta$ EVE e  $\Delta$ NII são avaliadas em relação aos limites de apetite de risco e as demais métricas de risco em relação aos limites de risco gerenciais.

No processo de gerenciamento do risco de taxa de juros da carteira bancária, o tratamento dispensado às operações sujeitas às opcionalidades automáticas é feito por meio de modelos de marcação a mercado que decompõe os produtos, sempre que possível, em instrumentos lineares e não lineares. Os instrumentos lineares são tratados de maneira análoga aos demais instrumentos sem opcionalidades e os instrumentos não lineares possuem um tratamento específico dado por meio de um *Add-on* nas métricas de  $\Delta$ EVE e  $\Delta$ NII.

De maneira geral, as operações sujeitas às opcionalidades comportamentais são classificadas como depósitos sem vencimento contratual definido ou produtos sujeitos a pré-pagamento. Os depósitos sem vencimento são classificados em relação à sua natureza e estabilidade para garantir adequação das premissas em relação aos limites regulatórios. O tratamento dispensado aos produtos sujeitos a pré-pagamento é feito por meio de modelos de análise de sobrevivência, cuja dinâmica é determinada com base no comportamento histórico das carteiras. Os fluxos dos instrumentos que possuem características homogêneas são ajustados por modelos específicos de forma a refletir de maneira mais adequada os fluxos de reapreçamento dos instrumentos.

A carteira bancária é composta por operações ativas e passivas originadas pelos diversos canais comerciais (varejo e atacado) do Itaú Unibanco. As exposições de risco de mercado inerentes à carteira bancária são compostas por vários fatores de risco, que são componentes primários do mercado na formação dos preços.

No IRRBB, são consideradas ainda as operações de *hedge* que buscam mitigar os riscos derivados das oscilações dos fatores de risco de mercado e suas assimetrias contábeis.

O risco de mercado gerado pelos descasamentos estruturais é gerenciado por meio de vários instrumentos financeiros, como derivativos de bolsa e no mercado de balcão. Em alguns casos, operações com instrumentos financeiros derivativos podem ser classificadas como *hedge* contábil, de acordo com suas características de risco e fluxo de caixa. Nestes casos, a documentação comprobatória específica é analisada para permitir o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos contábeis e administrativos de *hedges* são definidos pela Circular BACEN nº 3.082.

A modelagem do IRRBB inclui uma série de premissas:

- O  $\Delta$ EVE e o  $\Delta$ NII são mensurados com base nos fluxos de caixa dos instrumentos da carteira bancária, decompostos nos seus fatores de risco isolando o efeito de taxa de juros e dos componentes de *spread*;
- Para depósitos sem vencimento os modelos são classificados quanto a sua natureza e estabilidade e distribuídos no tempo considerando os limites regulatórios;
- A instituição utiliza modelos de análise de sobrevivência para o tratamento de operações de crédito sujeitas ao pré-pagamento e modelos empíricos para operações sujeitas ao resgate antecipado;

## **Outros Riscos**

### **Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização**

Os produtos que compõem as carteiras das seguradoras do Itaú Unibanco estão relacionados aos seguros de vida e elementares, aos planos de previdência privada e aos produtos de capitalização. Os principais riscos inerentes a esses produtos estão descritos a seguir e suas definições são apresentadas nos seus respectivos capítulos.

- Risco de subscrição: Decorre do uso de metodologias e/ou premissas inadequadas na precificação ou provisão dos produtos. Pode se materializar de formas diferentes, a depender do produto ofertado: Em seguros é resultante da alteração no comportamento do risco em relação ao aumento na frequência e/ou severidade dos sinistros ocorridos, contrariando as estimativas da precificação. Em previdência é observado no aumento na expectativa de vida ou no desvio das premissas utilizadas nas reservas técnicas. Em Capitalização o pagamento de prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas e/ou despesas administrativas maiores do que as esperadas podem materializar este risco;

- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco operacional;
- Risco de liquidez.

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais o Itaú Unibanco possui estrutura de gerenciamento de riscos que garante que os riscos oriundos dos produtos de seguro, previdência e capitalização sejam avaliados adequadamente e reportados aos fóruns pertinentes.

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é independente e foca nas especificidades de cada risco.

Por fim, o Itaú Unibanco tem como objetivo assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do passivo, visando ao seu equilíbrio atuarial e à solvência no longo prazo.

### **Riscos Social, Ambiental e Climático**

Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos são a possibilidade de ocorrência de perdas em função da exposição a eventos de origem social, ambiental e/ou climático relacionados às atividades desenvolvidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Os fatores sociais, ambientais e climáticos são considerados relevantes para os negócios do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, uma vez que podem afetar a criação de valor compartilhado no curto, médio e longo prazos.

A Política de Riscos Social, Ambiental e Climático (Política de Riscos SAC) estabelece as diretrizes e os princípios fundamentais para a gestão dos riscos social, ambiental e climático abordando os riscos mais relevantes para a operação da instituição por meio de procedimentos específicos.

Para mitigação dos Riscos Social, Ambiental e Climático são efetuadas ações de mapeamentos de processos, riscos e controles, acompanhamento de novas normas relacionadas ao tema e registro das ocorrências em

sistemas internos. Além da identificação, as etapas de priorização, resposta ao risco, mitigação, monitoramento e reporte dos riscos avaliados complementam o gerenciamento destes riscos no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Na gestão dos Riscos Social, Ambiental e Climático as áreas de negócio realizam a gestão do risco em suas atividades diárias, seguindo as diretrizes da Política de Riscos SAC e processos específicos, contando com avaliação especializada de equipes técnicas dedicadas situadas nos times de Crédito, que atende o segmento do Atacado, Risco de Crédito e Modelagem e Jurídico Institucional, que atuam de forma integrada na gestão de todas as dimensões dos Riscos Social, Ambiental e Climático atreladas às atividades do conglomerado. Como exemplo de diretrizes específicas para a gestão destes riscos, a instituição conta com uma governança específica para concessão e renovação de crédito em alçadas seniores de clientes de determinados setores econômicos, classificados como Setores Sensíveis (Mineração, Metalurgia & Siderurgia, Óleo & Gás, Ind. Têxtil e Varejo Vestuário, Papel & Celulose, Química & Petroquímica, Agro - Frigoríficos, Agro - Defensivos e Fertilizantes, Madeira, Energia, Produtores Rurais e Imobiliário), para os quais há uma análise individualizada dos Riscos Social, Ambiental e Climático. A instituição conta ainda com procedimentos específicos para a própria operação da Instituição (patrimônio, infraestrutura de agências, tecnologia e fornecedores), crédito, investimentos e controladas chave. As áreas de Riscos SAC, Controles Internos e Compliance, por sua vez, dão suporte e garantem a governança das atividades das áreas de negócios e de crédito que atende o negócio. Já a Auditoria Interna atua de maneira independente, realizando a avaliação da gestão dos riscos, controles e governança.

A governança conta, ainda, com o Comitê de Riscos Social, Ambiental e Climático, que tem como principal competência avaliar e deliberar sobre assuntos institucionais e estratégicos, bem como deliberar sobre produtos, operações, serviços, entre outros que envolvam o tema de Riscos Social, Ambiental e Climático.

O Risco Climático abrange: (i) riscos físicos, decorrentes de mudanças nos padrões climáticos, como aumento das chuvas, da temperatura e eventos climáticos extremos, e (ii) riscos de transição, resultantes de mudanças na economia em consequência de ações climáticas, como precificação do carbono, regulamentação climática, riscos de mercado e riscos de reputação.

Considerando a relevância, o risco climático se tornou uma das principais prioridades para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que apoia a Força-tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (Task Force on Climate-related Financial Disclosures - TCFD) e está comprometido em manter um processo de evolução e melhoria contínua dentro dos pilares recomendados pelo TCFD. Com este objetivo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está fortalecendo a governança e estratégia relacionadas ao Risco Climático e desenvolvendo ferramentas e metodologias para avaliar e gerenciar estes riscos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING mensura a sensibilidade do portfólio de crédito aos riscos climáticos aplicando a Régua de Sensibilidade aos Riscos Climáticos, desenvolvida pela Febraban. A ferramenta combina critérios de relevância e proporcionalidade para identificar os setores e clientes dentro do portfólio que apresentam maior sensibilidade aos riscos climáticos, considerando os riscos físicos e de transição. Os setores com maior probabilidade de sofrerem impactos financeiros por mudanças climáticas, seguindo as diretrizes do TCFD são: energia, transportes, materiais e construção, agricultura, alimentos e produtos florestais.

### **Risco de Modelo**

O risco de modelo é o risco proveniente dos modelos utilizados pelo Itaú Unibanco não refletirem de maneira consistente as relações de variáveis de interesse, acarretando resultados que diferem sistematicamente do observado.

A utilização de modelos pode levar à tomada de decisões mais apuradas e seu uso, cada vez mais presente na instituição, tem apoiado decisões estratégicas em diversos contextos, como na aprovação do crédito, no apreçamento de operações, na estimativa de curvas de volatilidade, no cálculo de capital, entre outros.

Devido ao crescente uso de modelos, impulsionado pela aplicação de novas tecnologias e pela ampliação da utilização de dados, o Itaú Unibanco segue aperfeiçoando sua governança em relação ao desenvolvimento, implantação, uso e monitoramento desses modelos, através da definição de diretrizes, políticas e procedimentos que visam a assegurar a qualidade e a mitigar os riscos associados a cada nova metodologia.

A atuação das áreas responsáveis por modelos é avaliada pelas equipes de Risco Operacional e Auditoria Interna para garantir a aderência a tais políticas. As oportunidades de melhoria encontradas ao longo dessas avaliações são devidamente endereçadas com planos de ação, sendo os mesmos acompanhados pelas 3 linhas de defesa e pela alta administração até sua conclusão.

### **Risco Regulatório ou de Conformidade**

O risco regulatório ou de conformidade é o risco de sanções, perdas financeiras ou danos reputacionais decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais e regulamentares, normas de mercado local e internacional, políticas internas, compromissos com reguladores, compromissos voluntários, além de códigos de autorregulação e códigos de conduta aderidos pelo Itaú Unibanco.

O risco regulatório ou de conformidade é gerenciado através de processo estruturado que visa a identificar alterações no ambiente regulatório, analisar os impactos nas áreas da instituição e monitorar as ações voltadas para a aderência às exigências normativas e demais compromissos mencionados no parágrafo anterior.

Nesse processo estruturado estão contempladas as seguintes ações: (i) interpretar as alterações do ambiente regulatório; (ii) acompanhar tendências regulatórias; (iii) prezar pelo relacionamento da instituição com os órgãos reguladores, autorreguladores e entidade de representação; (iv) acompanhar os planos de ação para aderência regulatória ou autorregulatória; (v) coordenar programa para atender normas relevantes, como o de Integridade e Ética; (vi) reportar temas regulatórios em fóruns de Risco Operacional e *Compliance* de acordo com a estrutura de colegiados estabelecida em política interna.

### **Risco Reputacional**

O Itaú Unibanco entende o risco reputacional como o risco decorrente de práticas internas e/ou fatores externos que possam gerar uma percepção negativa sobre o Itaú Unibanco por parte de clientes, colaboradores, acionistas, investidores, órgãos reguladores, governo, fornecedores, imprensa e a sociedade de forma geral, podendo impactar a reputação do banco, o valor da sua marca e/ou resultar em perdas financeiras. Além disso, pode afetar a manutenção de relações comerciais existentes, o acesso a fontes de captação de recursos, a atração de novos negócios e de talentos para compor o quadro da empresa ou mesmo a licença para operar.

A instituição entende que a reputação é de suma importância para o atingimento de seus objetivos de longo prazo, sendo a razão pela qual procura o alinhamento entre o discurso, a prática e a atuação ética e transparente, fundamental para ampliar o nível de confiança de seus públicos de relacionamento e partes interessadas. De modo geral, a reputação da instituição permeia sua estratégia (visão, cultura e competências) e é construída a partir das experiências, diretas ou indiretas, estabelecidas entre o Itaú Unibanco e as partes interessadas.

Visto que o risco reputacional permeia, direta e indiretamente, todas as operações e processos da instituição, a governança do Itaú Unibanco é estruturada de maneira a garantir que estes potenciais riscos sejam identificados, analisados e gerenciados ainda nas fases iniciais de suas operações e análise de novos produtos, incluindo a utilização de novas tecnologias.

Desta forma, o tratamento dado ao risco reputacional pelo Itaú Unibanco é estruturado por meio de diversos processos e iniciativas internas que, por sua vez, são suportados por políticas, tendo como principal objetivo



proporcionar mecanismos de monitoramento, gerenciamento, controle e mitigação dos principais riscos reputacionais. Dentre eles, destacam-se: (i) arcabouço do apetite de risco; (ii) prevenção e combate a atos ilícitos; (iii) gestão de crises e continuidade dos negócios; (iv) relações governamentais e institucionais; (v) comunicação corporativa; (vi) gestão da marca; (vii) ouvidoria e compromisso com a satisfação de clientes; e (viii) diretrizes de ética e prevenção à corrupção.

As instituições financeiras desempenham um papel fundamental na prevenção e no combate aos atos ilícitos, dentre os quais se destacam a lavagem de dinheiro, o financiamento ao terrorismo e as fraudes, em que o grande desafio é identificar e reprimir operações cada vez mais sofisticadas que procuram dissimular a origem, a localização, a disposição, a propriedade e a movimentação de bens e valores provenientes, direta ou indiretamente, de atividades ilegais. O Itaú Unibanco estabeleceu uma política corporativa com o intuito de prevenir seu envolvimento com atos ilícitos e proteger sua reputação e imagem perante colaboradores, clientes, parceiros estratégicos, fornecedores, prestadores de serviços, órgãos reguladores e sociedade, por meio de uma estrutura de governança orientada para a transparência, rigoroso cumprimento de normas e regulamentos, incluindo a Circular 3.978/2020 do Banco Central do Brasil entre outras, e a cooperação com as autoridades policial e judiciária. Também busca um alinhamento contínuo com as melhores práticas nacionais e internacionais para prevenção e combate a atos ilícitos, por meio de investimentos e capacitação permanente dos colaboradores elegíveis.

Para o Itaú Unibanco estar em conformidade com as diretrizes dessa política corporativa, se estabeleceu um programa de prevenção e combate a atos ilícitos, baseado nos seguintes pilares:

- Políticas e Procedimentos;
- Processo de Identificação de Clientes;
- Processo de “Conheça seu Cliente” (KYC);
- Processo de “Conheça seu Parceiro” (KYP);
- Processo de “Conheça seu Fornecedor” (KYS);
- Processo de “Conheça seu Funcionário” (KYE);
- Avaliação de Novos Produtos e Serviços;
- Cumprimento às Sanções;
- Monitoramento, Seleção e Análise de Operações ou Situações Suspeitas;
- Comunicação de Transações Suspeitas aos Órgãos Reguladores; e
- Treinamento.

Esse programa aplica-se ao Conglomerado Itaú Unibanco e suas empresas no Brasil e no exterior. A governança sobre prevenção e combate a atos ilícitos é realizada pelo Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Comitês de Risco Operacional, Comitê de Gestão de Riscos e Capital, e pelos Comitês de Prevenção à Lavagem de Dinheiro. O documento que expressa as diretrizes estabelecidas no programa corporativo de prevenção e combate a atos ilícitos pode ser visualizado no site [www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores), na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Políticas”, “Política Corporativa de Prevenção a Atos Ilícitos”.

Adicionalmente, o Itaú Unibanco vem desenvolvendo diversos modelos de análise de dados para aprimorar a metodologia de classificação de risco do cliente, monitoramento de transações e KYC, a fim de proporcionar maior acurácia em suas análises e diminuição de falsos positivos. O Itaú Unibanco também vem inovando suas soluções de modelagem utilizando novos métodos baseados em técnicas de *machine learning*, a fim de identificar atividades potencialmente suspeitas.

### **Risco Cibernético**

Os riscos cibernéticos são eventos que venham causar perda financeira, interrupção, extração ou dano de informações contidas em nossos sistemas, através de invasão por indivíduos mal-intencionados, da infiltração de “malwares” (tais como vírus de computador) em nossos sistemas, contaminação (intencional ou acidental) de nossas redes e sistemas por terceiros com os quais trocamos informações, exploração de vulnerabilidades, do acesso não autorizado às informações confidenciais de clientes e/ ou informações proprietárias por pessoas de dentro ou de fora da Organização, e de ataques cibernéticos que resultem na indisponibilidade dos nossos serviços e comprometam a integridade das informações.

O Itaú Unibanco tem o compromisso de proteger as informações corporativas e garantir a privacidade dos clientes e do público em geral em quaisquer operações. Para isso, adotamos processos rígidos de controle, voltados à detecção, prevenção, monitoramento ininterrupto e resposta imediata aos ataques e tentativas de invasões à nossa infraestrutura, garantindo a gestão do risco de segurança e a construção de um alicerce robusto para um futuro cada vez mais digital e aderentes aos principais reguladores e auditorias externas e às melhores práticas e certificações de mercado.

Para tal, possuímos a estratégia de proteção de perímetro expandido, conceito que considera que a informação deve ser protegida, onde estiver: dentro da infraestrutura do banco, em um serviço de *cloud* em um prestador de serviço ou em uma unidade internacional, levando também em consideração todo o ciclo de vida da informação, a partir do momento em que é coletada, passando por processamento, transmissão, armazenamento, análise e destruição.

A Política Corporativa de Segurança da Informação e *Cyber Security* pode ser visualizada no site [www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores), na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Políticas”, “Política Corporativa de Segurança da Informação e *Cyber Security*”.

### **Risco País**

O Risco País é o risco de perdas relativas ao não cumprimento de obrigações associadas a tomadores, emissores, contrapartes ou garantidores, em decorrência de eventos político-econômicos e sociais ou ações realizadas pelo governo do país onde está o tomador, o emissor, a contraparte ou o garantidor.

O Itaú Unibanco dispõe de uma estrutura específica para gestão e controle do risco país, composta de órgãos colegiados e equipes dedicadas, com responsabilidades definidas em política. A instituição possui um fluxo estruturado e consistente, composto por processos que abrangem: (i) definição de *ratings* para países; (ii) definição de limites para países; e (iii) monitoramento da utilização dos limites.

### **Risco de Negócio e Estratégia**

O risco de negócio e estratégia é o risco decorrente do impacto negativo nos resultados e no capital em consequência de um planejamento estratégico falho, da tomada de decisões estratégicas adversas, da incapacidade do Itaú Unibanco implantar os planos estratégicos apropriados e/ou de mudanças em seu ambiente de negócio.

O Itaú Unibanco implantou diversos mecanismos que garantem que tomadas de decisão, tanto de negócio quanto estratégicas, sigam uma governança adequada, tenham a participação ativa de executivos e do CA, sejam baseadas em informações de mercado, macroeconômicas e de risco, e visem a otimizar a relação de risco-retorno. As tomadas de decisões e as definições de diretrizes de negócio e de estratégia contam com pleno envolvimento do CA, principalmente através do Comitê de Estratégia, e dos executivos, através do Comitê Executivo. De modo a tratar o risco adequadamente, o Itaú Unibanco dispõe de governança e processos que envolvem a Área de Riscos nas decisões de negócio e estratégia, visando a garantir que o risco seja gerido e que decisões sejam sustentáveis no longo prazo, sendo eles: (i) qualificação e incentivos de conselheiros e executivos; (ii) processo orçamentário; (iii) avaliação de produtos; (iv) avaliação e prospecção de fusões e aquisições proprietárias; e (v) arcabouço do apetite de risco, restringindo, por exemplo, concentrações de crédito e exposição a riscos relevantes e específicos.

### **Risco de Contágio**

O Risco de Contágio é a possibilidade de ocorrência de perdas para as entidades integrantes do Conglomerado Prudencial em decorrência de suporte financeiro a entidades não consolidadas, em situação de estresse, na ausência ou além de obrigações previstas contratualmente.

O Itaú Unibanco possui uma estrutura para gestão e controle do risco, equipe dedicada e política que define papéis e responsabilidades. Essa estrutura cobre (i) a identificação de entidades em relação a potencial geração do risco de contágio, (ii) a avaliação de riscos em relacionamentos, (iii) o monitoramento, controle e mitigação do risco de contágio, (iv) a avaliação de impacto em capital e liquidez e (v) reportes.

Faz parte do escopo da governança de risco de contágio os públicos de Partes Relacionadas, composto principalmente por controladores (pessoas físicas e jurídicas), entidades a eles relacionadas e entidades controladas e coligadas (conforme definições da Res. 4.693/18), Fundações, investimentos em entidades não consolidadas, fornecedores de produtos e serviços críticos, cessionárias, compradoras e vendedoras de ativos relevantes, terceiros com produtos distribuídos pelo Itaú Unibanco e terceiros para os quais o Itaú Unibanco distribui produtos, além de toda a análise das Unidades Internacionais.

### **Riscos Emergentes**

São aqueles com impacto, a médio e longo prazo, potencialmente material sobre os negócios, mas para os quais ainda não há elementos suficientes para sua completa avaliação e mitigação, devido à quantidade de fatores e impactos ainda não totalmente conhecidos, tais como o risco Geopolítico e Macroeconômico e as Mudanças Climáticas. Suas causas podem ser originadas por eventos externos e resultarem no surgimento de novos riscos ou na intensificação de riscos já acompanhados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A identificação e monitoramento dos Riscos Emergentes são assegurados pela governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, permitindo que estes riscos também sejam incorporados aos processos de gestão de riscos.

## Risco Operacional

O Conselho Monetário Nacional, através da Resolução 4.557 de 23 de fevereiro de 2017, define risco operacional como “a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas”, incluindo o risco legal associado às inadequações ou deficiências em contratos firmados pela Instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição. O risco operacional, diferentemente de grande parte dos riscos aplicáveis ao setor financeiro, não é tomado em contrapartida a uma recompensa esperada, mas existe no curso natural das atividades corporativas.

O gerenciamento adequado do risco operacional pressupõe o entendimento dos processos existentes na Organização e a identificação dos riscos inerentes às atividades, projetos, produtos ou serviços e a sua priorização, em função do nível de criticidade (importância), levando-se em conta seus impactos nos objetivos dos processos ou da Organização. Uma vez priorizados os riscos, são adotadas medidas de resposta, ou seja, ações para mitigação, de modo a enquadrá-los em patamares aceitáveis de exposição. Tais ações podem contemplar a implantação de controles preventivos, a fim de reduzir a possibilidade de materialização do risco ou envolver controles direcionados à detecção da materialização. Também é possível compartilhar um risco, transferindo-o de forma parcial ou total, por exemplo, com a contratação de um seguro. Os riscos mencionados podem também ser evitados, simplesmente optando-se pela descontinuidade da atividade geradora do risco, ou assumidos, quando a decisão é pela não adoção de medidas de controle em relação às já existentes.

Para gerenciar adequadamente os seus riscos, o Itaú Unibanco utiliza a estratégia das Linhas de Governança (1ª, 2ª e 3ª). Especificamente para o Risco Operacional, utiliza-se o framework abaixo:

**1. Identificação:** deve ser realizada a qualquer momento em produtos e serviços existentes; no desenho de um novo processo, projeto ou produto; em atividades realizadas internamente ou terceirizadas; e durante toda a existência do produto ou serviço, de forma a garantir a avaliação contínua de fatores internos e externos que possam afetar adversamente o Conglomerado e sua respectiva mitigação.

**2. Avaliação:** os riscos operacionais identificados são avaliados em função da mensuração do seu nível de impacto nos objetivos do Conglomerado. Para auxiliar na adequada avaliação, é importante considerar as diversas possibilidades de impacto e sua abrangência.

**3. Resposta:** responder ou tratar o risco operacional significa definir qual será a ação adotada em relação ao risco identificado.

**4. Monitoramento do nível de exposição:** a exposição ao risco operacional deve ser monitorada pela Organização por meio de indicadores de risco, apontamentos e certificações obrigatórias, de acordo com os níveis de tolerância estabelecidos.

**5. Reporte:** os apontamentos de risco podem ser identificados pelas 1ª, 2ª e 3ª Linhas de Governança, órgãos reguladores ou auditoria externa e devem ser comunicados conforme nível de risco. Para o reporte regular e acompanhamento dos sistemas de controles internos e estrutura de gerenciamento de risco operacional, também há a realização periódica de Comitês e Colegiados.

Em linha com os princípios da Resolução CMN 4.557, o documento “Relatório de Acesso Público - Política de Gerenciamento Integrado de Risco Operacional e Controles Internos”, versão resumida do normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, pode ser acessado no site [www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores), na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Políticas”, “Relatórios”.

### **Gestão de Crises e Resiliência Operacional**

O Programa de Resiliência Operacional do Itaú Unibanco tem por objetivo proteger seus colaboradores, assegurar a continuidade das funções críticas de suas linhas de negócio e sustentar tanto a estabilidade dos mercados em que atua quanto à confiança de seus clientes e parceiros estratégicos em sua prestação de serviços e produtos. Para tanto, possui políticas que estabelecem procedimentos, papéis e responsabilidades a serem seguidas pelas áreas do Itaú Unibanco.

O Programa estabelece o Plano de Continuidade de Negócios (PCN) que são procedimentos modulares à disposição para utilização em eventuais incidentes. Para que a retomada ocorra de forma rápida e segura, o PCN tem definido ações corporativas e customizadas para suas linhas de negócio.

Para que o PCN reflita as prioridades de retomada do ambiente de negócio que suportam a entrega de produtos e serviços, é aplicado o BIA (Business Impact Analysis). O BIA identifica e avalia o impacto nos negócios, diante de situações de interrupções de seus processos, motivadas por falhas de origem de riscos humanos, naturais, climáticos, ambientais, sociais e/ou tecnológicos.

Considerando a dependência que alguns processos possuem com relação a serviços de terceiros, o Programa conta com um processo de autoavaliação dos fornecedores em relação ao risco de indisponibilidade dos serviços prestados na perspectiva de resiliência para ameaças de interrupção.

Para avaliar a eficiência e identificar pontos de melhoria das ações de contingenciamento são realizados exercícios dos planos de contingência durante o ano. A periodicidade dos exercícios é estabelecida pelo gestor dos planos, podendo ser: anual, semestral ou de menor intervalo (bimestral, trimestral, mensal, etc), levando-se em consideração a criticidade do processo ou a complexidade da contingência.

O Programa estabelece um fluxo frequente de acultramento junto a alta administração da companhia, bem como uma análise constante dos cenários e eventos de alto impacto para estabelecer planos de respostas alinhados às ameaças atuais.

Para avaliar a eficiência e identificar pontos de melhorias nos planos de resposta à crise, são realizados testes, com a periodicidade mínima de uma vez ao ano.

### **Validação Independente de Modelos de Riscos**

O Itaú Unibanco realiza validação independente dos processos e dos modelos de risco. Esta atividade é realizada por diretoria apartada das áreas de negócio e controle de risco, garantindo a independência das avaliações.

A metodologia de validação, definida em política interna específica, é aderente aos requisitos regulatórios, como por exemplo, os estabelecidos nas Circulares BACEN 303, 3.646, 3.674, 3.876 e Resoluções 2.682, 4.277 e 4.557. As etapas de validação incluem, entre outras:

- Verificação do desenvolvimento matemático e teórico dos modelos;
- Análise qualitativa e quantitativa dos modelos, incluindo a declaração de variáveis, construção de calculadora independente e a adequação das referências técnicas utilizadas;
- Quando aplicável, comparação com modelos alternativos e *benchmarks* internacionais;
- *Backtesting* histórico do modelo;

- Avaliação da adequação da implantação dos modelos nos sistemas utilizados.

Adicionalmente, a área de validação avalia o programa de teste de estresse.

A atuação da área de validação independente e as validações de processos e modelos são avaliadas pela Auditoria Interna e submetidas a comitês específicos, compostos por membros da alta administração. As oportunidades de melhoria encontradas ao longo do processo de validação independente estão devidamente endereçadas com planos de ação, sendo os mesmos acompanhados pelas 3 linhas de defesa e pela alta administração até sua conclusão.

## Glossário de Siglas

### A

- ACP - Adicional de Capital Principal
- ACCP - Adicional Contracíclico de Capital Principal
- ASF - *Available Stable Funding* (Recursos Estáveis Disponíveis)
- AVA - Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças

### B

- BACEN - Banco Central do Brasil
- BCB - Banco Central do Brasil
- BIA – *Business Impact Analysis* (Análise de Impacto nos Negócios)

### C

- CA - Conselho de Administração
- CCR - Risco de Crédito de Contraparte
- CCP – Contrapartes Centrais não Qualificadas
- CDP - *Carbon Disclosure Project*
- CDS – *Credit Default Swap*
- CEM - *Current Exposure Method*
- CEO - *Chief Executive Officer*
- CGRC - Comitê de Gestão de Risco e Capital
- CMN - Conselho Monetário Nacional
- CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
- Comef - Comitê de Estabilidade Financeira
- CRI – Certificado de Recebíveis Imobiliário
- CRO - *Chief Risk Officer*
- CTAM – Comissão Técnica de Avaliação de Modelos
- CVA - *Credit Valuation Adjustment*

### D

- DLP - Demonstrativo de Liquidez de Longo Prazo
- DRL - Demonstrativo de Risco de Liquidez
- DV - *Delta Variation* (medida de sensibilidade)

### E

- EMD - Entidades Multilaterais de Desenvolvimento
- EP - Princípios do Equador
- EVE – *Economic Value of Equity*

### F

- FCC - Fator de Conversão de Crédito
- FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos
- FIDC - Fundos de Investimento em Direitos Creditórios
- FPR - Fatores de Ponderação de Riscos

## G

- GAPS - Análise de Descasamentos
- GHG - *Greenhouse Gas Protocol*
- Gregas - Sensibilidade aos Diversos Fatores de Riscos

## H

- HE - Haircut de Execução
- HQLA - *High Quality Liquid Assets*
- HV - Haircut de Volatilidade

## I

- ICAAP - *Internal Capital Adequacy Assessment Process* (Processo interno de avaliação da adequação de capital)
- IRB - *Internal Ratings-Based*
- IRRBB – *Interest Rate Risk in the Banking Book*

## K

- KYC - *Know Your Customer* (Conheça seu cliente)
- KYP - *Know Your Partner* (Conheça seu parceiro)
- KYS - *Know Your Supplier* (Conheça seu fornecedor)
- KYE - *Know Your Employee* (Conheça seu funcionário)

## L

- LCR - *Liquidity Coverage Ratio*

## M

- MtM - *Mark to Market*

## N

- NII – *Net Interest Income*
- NSFR - *Net Stable Funding Ratio*

## P

- PCN - Plano de Continuidade de Negócios
- PIB - Produto Interno Bruto
- PR - Patrimônio de Referência
- PRI - Investimento Responsável
- PVA – *Prudential Valuation Adjustment* (Ajustes Prudenciais)



**Q**

- QCCP - *Qualifying Central Counterparty* (Contrapartes Centrais Qualificadas)

**R**

- RA - Razão de alavancagem
- RAS - *Risk Appetite Statement*
- RSF - *Required Stable Funding* (Recursos Estáveis Requeridos)
- RWA - *Risk Weighted Assets* (Ativos Ponderados pelo Risco)
- $RWA_{CIRB}$  - Parcela relativa às exposições ao risco de crédito pela abordagem de modelos internos
- $RWA_{CPAD}$  - Parcela relativa às exposições ao risco de crédito
- $RWA_{CPINB}$  - montante dos ativos ponderados pelo risco correspondente às exposições ao risco de crédito ao setor privado não bancário, calculados para as jurisdições cujo ACCPi seja diferente de zero
- $RWA_{MINT}$  - Parcela relativa às exposições ao risco de mercado pela abordagem de modelos internos
- $RWA_{MPAD}$  - Parcela relativa às exposições ao risco de mercado pela abordagem padronizada
- $RWA_{OPAD}$  - Parcela relativa ao cálculo de capital requerido para o risco operacional

**S**

- S.A - Sociedade Anônima
- SAC - Social, Ambiental e Climático
- SA-CCR - *Standardised Approach to Counterparty Credit Risk*
- SFN - Sistema Financeiro Nacional

**T**

- TCFD - *TaskForce on Climate-Related Financial Disclosures*
- TI - Tecnologia da Informação
- TLAC - *Total Loss-Absorbing Capacity*
- TVM - Títulos e Valores Mobiliários

**V**

- VaR - *Value at Risk* (perda máxima dado horizonte de tempo e intervalo de confiança)

## Glossário de Regulamentos

- Circular BACEN 3.644, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.646, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.674, de 31 de outubro de 2013
- Circular BACEN 3.748, de 26 de fevereiro de 2015
- Circular BACEN 3.749, de 05 de março de 2015
- Circular BACEN 3.751 de 19 de março de 2015
- Circular BACEN 3.769, de 29 de outubro de 2015
- Circular BACEN 3.809, de 25 de agosto de 2016
- Circular BACEN 3.846, de 13 de setembro de 2017
- Circular BACEN 3.869, de 19 de dezembro de 2017
- Carta Circular BACEN 3.907 de 10 de setembro de 2018
- Carta Circular BACEN 3.876 de 31 de janeiro de 2018
- Carta Circular BACEN 3.082 de 30 de janeiro de 2012
- Carta Circular BACEN 3.978 de 23 de janeiro de 2020
- Comunicado BACEN 41.683 de 29 de maio de 2024
- Instrução Normativa BACEN 425 de 29 de novembro de 2023
- Resolução BCB 54 de 16 de dezembro de 2020
- Resolução BCB 111 de 06 de Julho de 2021
- Resolução BCB 229 de 12 de maio de 2022
- Resolução CMN 2.682 de 22 de dezembro de 1999
- Resolução CMN 4.955, de 21 de outubro de 2021
- Resolução CMN 4.958, de 21 de outubro de 2021
- Resolução CMN 4.327, de 25 de abril de 2014
- Resolução CMN 4.502, de 30 de junho de 2016
- Resolução CMN 4.557, de 23 de fevereiro de 2017
- Resolução CMN 4.589, de 29 de junho de 2017
- Resolução CMN 4.693, de 29 de outubro de 2018

- Resolução CMN 4.277, de 31 de outubro de 2013
- Resolução BCB 303, de 16 de Março de 2023